

Fernanda Thomaz

UM BREVE PASSEIO PELA HISTÓRIA E CULTURAS AFRICANAS



Fernanda Thomaz

UM BREVE PASSEIO PELA HISTÓRIA E CULTURAS AFRICANAS



Juiz de Fora
2022

© Editora UFJF, 2022

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa da editora.
O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es),
são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

REITOR
MARCUS VINICIUS DAVID

VICE-REITORA
GIRLENE ALVES DA SILVA



DIRETOR DA EDITORA UFJF
RICARDO BEZERRA CAVALCANTE

CONSELHO EDITORIAL
JORGE CARLOS FELZ FERREIRA (PRESIDENTE)
CHARLENE MARTINS MIOTTI
ELSON MAGALHÃES TOLEDO
EMERSON JOSÉ SENA DA SILVEIRA
JAIR ADRIANO KOPKE DE AGUIAR
MARIA LÚCIA DURIGUETTO
RAFAEL ALVES BONFIM DE QUEIROZ
RODRIGO ALVES DIAS
TAÍS DE SOUZA BARBOSA

PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO E CAPA
PAOLO MALORGIO STUDIO

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFJF

Thomaz, Fernanda.
Um breve passeio pela história e culturas africanas / Fernanda
Thomaz. -- Juiz de Fora : Editora UFJF, 2022.
75 p.

Livro digital: il. color.

ISBN 978-65-89512-50-9

1. História. 2. Culturas africanas. I. Thomaz, Fernanda. II. Título.

CDU 130.2

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa,
promulgado pelo Decreto n. 6.583 de 29 de setembro de 2008.



EDITORA UFJF

RUA BENJAMIN CONSTANT, 790
CENTRO - JUIZ DE FORA - MG - CEP 36015-400
FONE/FAX: (32) 3229-7646 / (32) 3229-7645
editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br
www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
ÁFRICA REPRESENTADA	6
Uma introdução: Por que devemos estudar a África?	7
Raça, racismo e representações	9
A. Representações sobre a África: um breve histórico	9
B. África como um lugar racializado	10
C. Repercussão da raça	16
Referências	19
A ÁFRICA QUE SE DEVE CONHECER	20
Um passeio pela África	21
A. A África e sua geografia	21
B. Um passeio pelo mapa linguístico da África	23
C. Perambulando pelas histórias, etnias e sociedade africanas	27
Referências	34
HISTÓRIA DE UM CONTINENTE I	35
História de um continente I	36
A. Onde tudo começa!	36
B. Tempos antigos	38
C. Outras regiões antigas documentadas	40
D. Conectividade religiosa	41
E. Grandes impérios e poucos Estados	45
F. O grande Zimbábue	48
Referências	50
HISTÓRIA DE UM CONTINENTE II	51
História de um continente II	52
A. Escravizados e escravidão: uma relação dinâmica	52
B. O tráfico de escravizados	56
C. Fim do tráfico de escravizados e ocupação colonial	59
D. Colonialismo e independências	65
Referências	74

APRESENTAÇÃO

As poucas páginas que seguem nos contam, brevemente, sobre a história africana. Em função da dificuldade de abordar a história e cultura de um continente inteiro nestas breves linhas, este texto apresenta apenas questões gerais sobre a África e os africanos em diferentes regiões e temporalidades. Em uma narrativa mais didática, o texto é apresentado como uma espécie de luneta que nos levará a conhecer um pouco mais sobre um vasto território além do Atlântico – a imensa África.

O objetivo é permitir que sejam desmistificadas algumas representações equivocadas sobre os povos e territórios situados do outro lado do Atlântico que, ao longo de séculos, contribuíram enormemente para a formação do nosso país.

Este breve passeio pelas histórias, geografias e culturas da África possibilitará reflexões sobre as relações étnico-raciais e sobre os caminhos para se enfrentar o racismo.

Boa leitura!

ÁFRICA REPRESENTADA

UMA INTRODUÇÃO: POR QUE DEVEMOS ESTUDAR A ÁFRICA?

Muitas vezes nos indagamos sobre a importância de estudar a história e a cultura africanas no Brasil. Essa questão tem sido alvo de debates e discussões em alguns espaços escolares, universitários e governamentais. A pergunta principal é a seguinte: por que devemos estudar a África? O questionamento encontra-se, cada vez mais, inserido nas discussões curriculares desde a promulgação da Lei nº 10.639/2003 que instituiu a obrigatoriedade do estudo da História e da Cultura Africana no sistema de ensino no Brasil. Essa disposição jurídica tem permitido fomentar não só debates, mas também políticas para a inserção da história africana nas instituições de ensino brasileiras.

O aspecto legal não é o elemento mais importante para estudar o continente africano. Buscamos conhecer a África e os africanos devido às heranças deixadas em nossa cultura ao longo de séculos. A história brasileira reflete um pouco a história africana. Durante muito tempo, acreditávamos que era possível entender história e a cultura brasileira sem conhecer o vasto continente africano. Hoje, sabemos que a África continua presente em nossa música, dança, culinária, práticas religiosas, entre outras. Por cerca de três séculos muitos africanos foram transportados para as Américas. Esse foi o mais longo e volumoso processo migratório já existente. Essa migração forçada proporcionou a chegada de cerca de 12 milhões de africanos ao continente americano. Estima-se que 40% desses africanos desembarcaram somente no território brasileiro. Essa mão de obra imigrante trouxe consigo concepções de mundo, ideias, hábitos, ritmos e técnicas para este lado do oceano Atlântico. O intenso e doloroso comércio de seres humanos gerou conexões entre a África e as Américas, o que abriu múltiplas trocas culturais, ideológicas e tecnológicas.

Além disso, a África também deve ser estudada por outros motivos. O primeiro desses motivos é porque ela faz parte da humanidade, enquanto o segundo consiste no motivo de que a África é o berço da humanidade, onde surgiram as primeiras formas gregárias de vida dos homens e mulheres em nosso planeta. Por outro lado, estamos acostumados a

estudar a “história da humanidade” sem conhecer as sociedades africanas no tempo. Isso tem apresentado uma lacuna enorme na concepção de História. Durante muito tempo, os estudos sobre os seres humanos no tempo estavam circunscritos à Europa, como se estudar história europeia na época antiga, medieval, moderna e contemporânea fosse o suficiente. Sabemos hoje que isso não passa de ignorância intelectual!

A África sempre esteve em conexão e diálogo com as demais partes do globo terrestre. A história africana não pode ser vista como isolada dos povos de outros continentes. Ao longo de séculos pouco se discutiu sobre o vasto continente africano. Muitos intelectuais europeus chegaram a concordar com uma famosa afirmação do filósofo alemão Frederick Hegel, para quem os africanos estavam isolados e fora da história universal. Desse modo, acreditava-se que os africanos viviam no presente etnográfico, sem transformação e desenvolvimento. Apesar dessas concepções já terem sido superadas, pouco se tem estudado a África de forma conectada com povos de outros continentes. Aliás, pouco se sabe sobre o continente africano. O tráfico de escravizados no Atlântico, durante os séculos XVI e XIX, ainda é abordado como o principal momento de contato e de relações com outras áreas geográficas. Será que os africanos estiveram em contato com povos de outros continentes somente durante o comércio de escravos e somente na condição de escravizados? Certamente, não!

Pouco sabemos sobre a História dos povos africanos e quais foram as suas contribuições para a humanidade. Um pouco disso iremos contar aqui.

SUGESTÕES DE LEITURA:

LIMA, Mônica. Fazendo soar os tambores: o ensino de história da África e dos africanos no Brasil.

BRANDÃO, André A. P. (Org.). Cadernos PENESB 5. Niterói: Eduff, p. 161-173, 2004.

MELO E SOUZA, Marina. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África.

História Hoje, n. 1, p. 17-28, 2011-2013. Disponível em: <<http://rhhj.anpuh.org/ojs/index.php/RHHJ/article/view/3>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

RAÇA, RACISMO E REPRESENTAÇÕES

A. REPRESENTAÇÕES SOBRE A ÁFRICA: UM BREVE HISTÓRICO

Quando ouvimos falar de África, quase sempre as informações referem-se às belezas naturais, animais selvagens, pobreza, fome, guerras, doenças, entre outras. O imaginário social sempre criou simbolismos fantasiosos sobre os africanos. Algumas representações permaneceram durante séculos, tais como as ideias de que a selvageria e o primitivismo residiam no continente africano. A parte da África banhada pelo mar Mediterrâneo (Egito e restante da África ao norte do deserto do Saara) era vista como oposta das demais regiões africanas, por acreditarem que suas culturas e estruturas políticas chegavam a ser mais sofisticadas. A chamada África branca ou mediterrânica distinguia-se da recusada África negra.

Até o período da Idade Média os europeus acreditavam que a África, abaixo do deserto do Saara, era o lugar de animais selvagens, seres humanos peludos com figuras animais e de natureza hostil. No final da Idade Média, as fábulas antigas ou da Bíblia passaram a fazer parte desses imaginários dos europeus. Uma das histórias mais populares foi a da rainha de Sabá. Em 1357, o viajante John Mandeville descrevia Sabá (ou Meroa) como uma rica e esplêndida cidade da Etiópia, com joias e ouro (LANGER, 2005). Para o viajante, as pessoas de Sabá nasciam amarelas e depois ficavam negras.

O lugar de seres humanos selvagens e a presença de um reino rico estiveram presentes na concepção europeia durante a Idade Média. Ao mesmo tempo em que se falava em continente hostil e primitivo, o imaginário em relação à África também se ligava à ideia de existência de um reino perdido, governado por brancos. As histórias mais conhecidas estavam relacionadas ao reino do Preste João. No século XV, o rei de Portugal orientou seus capitães a encontrar o reino cristão em suas viagens às costas do continente. Pensou-se que o reino de Preste João estava no Oriente, depois se passou a acreditar que estaria na Etiópia ou no Congo. Para os europeus, algumas riquezas do continente africano estavam localizadas em uma região com presença europeia antiga (ou externa), que deixou heranças ou permaneceu perdida no continente negro. A África permanecia como um lugar de “gente primitiva e bárbara”.

SUGESTÃO DE LEITURA:

CORREA, Silvio Marcus de Souza. A imagem do negro no relato de viagem de Alvise de Cadamosto (1455-1456). 1456). *Politéia: História & Sociedade*, v. 2, p. 99-129, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/157/170>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

B. ÁFRICA COMO UM LUGAR RACIALIZADO

Ao longo desses séculos, a concepção de “povos negros”, “continente negro” e “gente negra” aparecia nos relatos de viajantes, missionários e comerciantes sobre a África. A ideia de “raça” estava relacionada à cultura e à religião dos diferentes povos africanos. Mesmo com a compreensão de que os africanos eram primitivos e selvagens, havia muitos relatos sobre a diversidade de sociedades africanas, as quais eram descritas como relacionadas a raças diferentes. As práticas religiosas, hábitos alimentares, vestimentas, formas de tratamento, entre outros, apareciam como elementos identificadores da singularidade de cada raça. Ainda que a cor da pele e o tipo de cabelo aparecessem nesses relatos, a religiosidade e os costumes desses povos simbolizavam a ideia de raça. Raça estava relacionada à concepção de cultura e religião.

No final do século XVIII, a ideia de raça passou a ser explicada cientificamente. A ciência surgia como um conjunto de conhecimento teórico e de práticas empíricas sobre a natureza que, através de métodos objetivos, possibilitaria explicações sobre os fenômenos ocorridos no universo. A concepção de raça se desenvolvia em um espaço científico mediante a polêmica sobre a origem do homem. Duas vertentes teóricas discutiam sobre a origem da humanidade e a diversidade das culturas. Os *monogenistas* defendiam a ideia de unidade do gênero humano. Baseando-se no Velho Testamento, os monogenistas justificavam a origem da humanidade a partir de uma única origem. A diferença entre os povos ocorria pela possibilidade do cruzamento entre as diversas raças. Para os *poligenistas*, as diferenças entre os povos eram muito fortes, de modo que não fazia sentido reivindicar a existência de uma única espécie humana. Entre os principais teóricos poligenistas estavam os filósofos iluministas. Os argumentos poligenistas receberam mais adeptos no século seguinte. As teorias raciais consistiam em um conjunto de visões preconcebidas baseadas em impressões mal fundamentadas e em padrões estéticos europeus, desde a segunda metade do século XVIII. Uma das

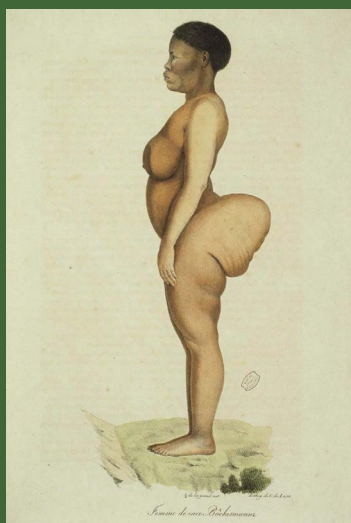
primeiras pesquisas científicas foi a de Carlos Lineu, que, em sua obra *Systema Naturae*, classificou os reinos vegetal e animal. Para Lineu, o *homo sapiens* estava dividido entre o homem branco, o asiático, o americano e o africano. Podemos mencionar também o naturalista francês Georges Leclerc, conde de Buffon, que, ao escrever a obra *História natural*, aplicou aos seres humanos os métodos utilizados para observar o mundo natural, cujo resultado foi a hierarquização e a diferenciação dos povos em termos raciais. Logo depois, várias disciplinas científicas surgiram e buscaram novas explicações raciais hierarquizantes. Buscou-se entender como as características físicas influenciaram o comportamento (moral e inteligência) dos indivíduos. Essas teorias abriram espaços para as ideias de evolução e hierarquia racial (SILVEIRA, 1999).

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Você conhece a história de Sarah Saartjie Baartman?

Nascida em 1789, Sarah S. Baartman pertencia ao povo Khoisan, na África do Sul. Trabalhava como criada em uma fazenda holandesa quando foi levada para Londres com promessas de melhores condições de vida. Sarah S. Baartman passou a ser exibida em feiras e eventos devido ao tamanho das nádegas e os longos lábios da genitália, o que chegou a ser símbolo de inferioridade de determinados povos africanos. Pouco se sabia que o uso de peso nos grandes lábios genitais era uma prática cultural existente entre o grupo de que Sarah S. Baartman fazia parte. Após sua morte, em 1815, o corpo de Baartman foi levado para o Museu Nacional de História Natural e passou a ser analisado pelo anatomista francês Georges Cuvier.

Figura 1 - Sarah Saartjie Baartman



Fonte: Sarah Baartman, in: *Histoire Naturelle des Mammifères*, Band 2, Paris 1819.

DICA DE FILME:

VÊNUS negra. Direção de Abdellatif Kechiche. Paris: MK2 Productions, 2010.

Ao longo do século XIX, diferentes disciplinas científicas buscaram “comprovar” a superioridade racial das elites europeias, através de métodos supostamente objetivos, de linguagem descritiva e argumentativa. Os europeus estavam no topo da hierarquia da humanidade no que se refere aos aspectos cultural, religioso, moral, artístico, político, técnico, militar e industrial. A indústria, a ciência e a técnica passaram a ser os indicadores da civilização europeia. Toda essa teoria, pouco a pouco, influenciou o imaginário social através dos meios de comunicação, da educação pública e de várias manifestações artísticas.

A discussão sobre o conceito de *evolução*, em meados do século XIX, permitiu colocar um ponto final nas disputas entre poligenistas e monogenistas. A famosa obra de Charles Darwin, *A origem das espécies*, foi uma das principais disseminadoras da *Teoria da Evolução*. Essa teoria defendia que a diversidade biológica era o resultado das transformações das características hereditárias dos grupos ao longo do tempo, de modo que os organismos vivos se adaptaram, gradativamente, através da seleção natural. A ideia de “sobrevivência do mais apto”, de “luta pela sobrevivência”, de “adaptação” significava esse processo de seleção natural das espécies. Pouco a pouco, essas concepções saíram do terreno da Biologia para ganhar espaço nas demais ciências. Herbert Spencer adaptou essa reflexão às ciências preocupadas com as relações sociais. Segundo Spencer, tudo que servia para os organismos vivos poderia ser aplicado aos seres humanos e suas ações. Desse modo, inaugura-se o Darwinismo Social nas discussões científicas sobre a diferença da humanidade. Crescentemente, a sociedade se tornava o espelho da natureza. A sociedade era vista como que regida por leis rígidas, lineares e inquebrantáveis, assim como se acreditava ser a natureza.

Adeptos do darwinismo social chegaram recuperar a corrente poligenista. Arthur Gobineau, Gustave Le Bon e Kid teorizavam que a raça era imutável e o seu cruzamento constituía em um erro. A proposta era buscar enaltecer a existência de tipos puros raciais em virtude de se acreditar que a miscigenação denotaria degeneração sociorracial do indivíduo (SILVEIRA, 1999).

Na perspectiva de Gobineau, somente os grupos excepcionalmente dotados passariam da barbárie para um tipo de organização social mais complexa. Esses grupos seriam

formados por raças conquistadoras, que civilizariam e governariam os demais. O impulso conquistador é visto como o indício mais importante de superioridade racial. O isolamento e a incapacidade de conquista simbolizavam a inferioridade. Acreditava-se que a maioria das raças humanas jamais poderiam se civilizar, ao menos que ocorresse um processo de mestiçagem com outras raças ditas superiores. Os principais exemplos de misturas entre o esplêndido sangue caucasiano e o medíocre sangue das populações nativas eram o Egito antigo, a Pérsia, a Índia e a América. Nenhuma raça poderia rivalizar com a raça branca, uma vez que tudo que se concebe como parte da civilização, ciência e artes saíram de um mesmo germen, pensamento, família – a europeia.

Arthur Gobineau também enfatizava que a maioria das populações humanas não chegaria ao primeiro grau de desenvolvimento, tais como os negros da Polinésia e a maior parte dos africanos. As raças amarelas e negras estariam condenadas à bestialidade eterna. A raça negra, de acordo com lei natural, pertencia aos grupos humanos inaptos a se civilizar. O sangue europeu poderia transformar a natureza africana através da mestiçagem, o que tornava possível observar uma menor limitação e uma maior criatividade entre os mulatos. Sem conseguir civilizar o negro, os europeus podiam apenas transmitir, somente ao mulato, fragmentos de suas aptidões. Na classificação dos grupos humanos, Gobineau considerava os povos pré-colombianos como semicivilizados. A raça amarela estava em um patamar intermediário entre a branca e a negra. A amarela seria a antítese da negra, ao invés de seu crânio ser achatado para trás era para frente. Moralmente, os orientais jamais praticariam excessos, embora dotados de desejos fracos. Os brancos estavam dotados de inteligência enérgica, senso útil, seriam mais corajosos, com maior potência física, instinto de ordem e pronunciado gosto de liberdade. Os brancos se diferenciavam pela sua aptidão, amor pela vida e sentimento de honra. Por serem menos sensuais, estavam menos absorvidos pela ação corporal.

Por meio dessas investigações científicas, o historiador, antropólogo e economista português Joaquim Pedro Oliveira Martins, no livro *o Brasil e as colônias portuguesas*, em 1880, afirmava o seguinte:

À grandeza monótona e uniforme, à população vital febril, ao singular do CEO, ao desconhecido da terra, ao inhospito das costas, à fereza dos brutos, reunia a África *portentosa* um aspecto estranho: a gente preta. Esse tom de pelle indígena aumentou o terror; e o facto, singular em si, tornou se n'um symbolo. As trevas que envolviam a África davam a côr aos seus habitantes”.

[...] A idéia de uma educação dos negros é, portanto, absurda não só perante a história, como também perante a capacidade mental d'essas raças inferiores. Só um lento e longo cruzamento com sangue mais fecundo poderá gradualmente ir transformando-as. [...] Esse sangue não foi, nem poderá ser, o da Europa: é o sangue africano das raças septentrionaes e o sangue árabe, fundidos n'um só corpo pelo islamismo (OLIVEIRA MARTINS, 1920, p. 269).

Na perspectiva de Oliveira Martins, os africanos poderiam alcançar a civilização depois de um longo processo de colonização. Sem se miscigenar diretamente com os europeus, os povos primitivos deveriam se submeter à exploração e ao domínio colonial da Europa, enquanto se miscigenariam com outros povos africanos superiores, tais como aqueles que se islamizaram.

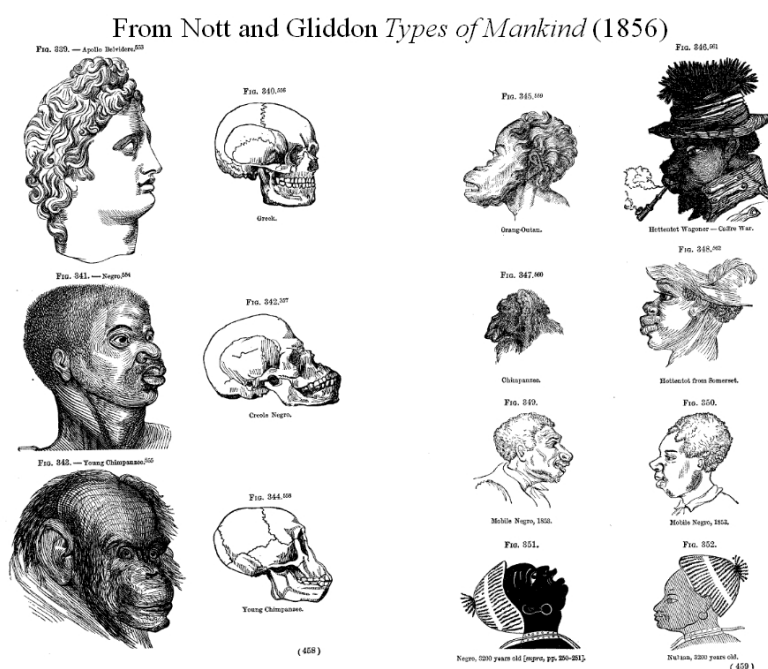
Paralelamente a essa discussão, na década de 1860, fundava-se a chamada *Escola Evolucionista Social*. Essa escola concebia o desenvolvimento humano a partir de etapas fixas e predeterminadas. A humanidade era representada por uma imensa pirâmide dividida em estágios distintos: primeiro estágio era o da selvageria; o segundo correspondia à barbárie; e o terceiro simbolizava a civilização. Todas as sociedades deveriam passar pelos mesmos estágios, desde as mais gregárias até as mais evoluídas. A Europa estava no topo e todas as demais sociedades teriam que seguir os mesmos caminhos até chegar à evolução.

Os primeiros ensaios da Antropologia física surgiram em meio às reflexões da escola evolucionista, James Frazer, Lewis Morgan e Edward Tylor. Os estudos nessa disciplina estavam voltados para a análise e investigação dos povos “selvagens” ou “primitivos”. O objeto de estudos da Antropologia consistia nos povos que estavam ainda nos estágios iniciais do processo de evolução, ou seja, que viviam no “presente etnográfico”. Para Taylor e Frazer, em baixo da camada fina da civilizada elite branca europeia encontrava-se um seguimento de selvagens e primitivos, os setores baixos da sociedade. Eles acreditavam que as classes mais baixas eram semelhantes aos “selvagens africanos” (SILVEIRA, 1999).

Dentro da Antropologia física surgiram alguns campos de estudos científicos, que se tornaram como subsidiários das discussões racialistas. Podemos citar o exemplo da cranio-logia. Adepto da Frenologia e da Craniometria, Paul Brocca defendia que, mediante estudos do crânio, era possível fazer correlações sobre as potencialidades físicas e morais dos homens, povos e civilizações. Ao utilizar o método de classificação, Brocca buscou classifi-

car os diversos tipos humanos. Em sua perspectiva, os aspectos fisiológicos se impunham sobre os aspectos sociais e culturais, de modo que, através da craniologia, conseguia-se entender as diferenças da humanidade. Para ele, a massa do encéfalo era mais acentuada no adulto do que no velho, no homem do que na mulher, nos homens eminentes do que nos homens medíocres, nas raças superiores do que nas raças inferiores. O volume do cérebro era diferenciado de acordo com a variação de sexo, raça e fenótipo (cor da pele, cabelos, feições físicas, entre outros) (SILVEIRA, 1999).

Figura 2 - Tipos humanos



Fonte: NOTT, Josiah Clark & GLIDDON, George Robin. Indigenous races of the earth. Philadelphia, J. B. Lippincott & co.; London, Trübner & co., 1857.

Na imagem acima, podemos observar um dos métodos comparativos do crânio de um grego, um negro e um chimpanzé. Como resultado dessa análise, considerou-se que o homem negro estava mais próximo do chimpanzé do que do homem branco, representado pelo crânio do grego.

Desse modo, utilizavam-se métodos e discursos científicos para definir e legitimar a posição dominante do homem branco, bem como o lugar subordinado da mulher, do operário, do camponês e dos nativos de outros continentes. Os interesses políticos da época ganhavam, cada vez mais, o campo científico. Em alguns países da Europa, declinava-se a ideologia liberal e começavam a surgir, no seio da Antropologia evolucion-

nista, reflexões sobre as razões e as virtudes do expansionismo territorial. Nas últimas décadas do século XIX, os países europeus armavam-se para ocupar e explorar o vasto e heterogêneo continente africano. Teóricos evolucionistas e darwinistas sociais fundamentaram suas teorias racialistas face à nova empreitada imperialista. A nova agenda era a necessidade dos europeus levarem civilização aos povos africanos primitivos.

SUGESTÃO DE LEITURA:

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, n. 23, p. 87-144, 1999. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n23_p89.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2014

C. REPERCUSSÃO DA RAÇA

Ao longo século XIX e da primeira metade do XX, os intelectuais criaram e fundamentaram, cientificamente, as ideias racistas e de hierarquização da humanidade a partir dos atributos físicos para compreender comportamentos e ações socioculturais. As teorias racialistas partiam do campo intelectual e das reflexões acadêmicas para o imaginário social de grande parte da humanidade. O colonialismo foi palco de ação política e exploração econômica das teorias. As relações diplomáticas e políticas internacionais pautaram-se nessa perspectiva de diferenciação dos povos, o que permitiu que essas ideologias alcançassem os diferentes cantos do globo terrestre. Povos e grupos foram submetidos, humilhados e massacrados diante das teorias e justificativas científicas racialistas.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Várias teorias racialistas surgiram nesse período e tiveram repercussão no início do século XX

Base da Antropologia Criminal

O italiano Cesare Lombroso defendia que a criminalidade era um fenômeno físico e hereditário. A partir dessa perspectiva, acreditava-se ser possível realizar uma política de prevenção de crime, tornando possível a captura de criminosos antes que cometessem algum delito, devido às suas características físicas suscetíveis ao crime.

Para Cesare Lombroso, os “selvagens”, deficientes mentais e criminosos possuem assimetrias faciais, bocas deformadas, fisionomias cretinas, maçãs do rosto salientes.

Base da Eugenia

Francis Galton foi o criador da chamada “Eugenia”. Com base na perspectiva do darwinismo social, Galton acreditava ser possível intervir na reprodução das populações. Segundo ele, a capacidade humana estava, exclusivamente, ligada à hereditariedade; pouco se podia fazer com a educação. O termo eugenia consiste na ideia de “eu” (boa) e “genus” (geração), e simbolizava a necessidade de permear boa geração a partir de seu controle.

Em 1948, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicou estudos de cientistas de todo o mundo com o principal objetivo de desqualificar as doutrinas racialistas e de defender a unidade do gênero humano. Depois das atrocidades nazistas e do fim da II Guerra Mundial, muitos cientistas admitiram o caráter racista das investigações europeias e se colocaram contrários a essa perspectiva. A postura antirracista tornou-se institucionalizada, sobretudo, nos meios científicos. Ainda que os doutos da ciência passassem a se posicionar como antirracistas, as teorias raciais já estavam mergulhadas na mentalidade de diferentes grupos sociais em várias partes do mundo. O racismo deixava as bases da objetividade científica dos laboratórios para assumir um lugar de conforto nas casas, nos meios de difusão artísticas, na mídia, entre outros espaços sociais. É possível observar a sequência de filmes com perspectivas racistas e preconceituosas sobre a África, produzidos ao longo dos anos 1950, 1960 e 1970. Na década de 1960, a BBC apresentou uma série chamada de *Civilização*, com vários vídeos que apresentavam as diferentes sociedades da humanidade. Curiosamente, a África não recebeu protagonismo em nenhum desses vídeos. Será que a África ainda continuava fora da civilização?

Segundo o intelectual brasileiro Renato da Silveira, essa postura antirracista dos intelectuais, a partir de 1948, não parece ter produzido resultados significativos nos valores coletivos devido à forte presença do racismo no cotidiano das pessoas de toda parte do mundo. O racismo já tinha fincado raízes no imaginário social, ganhando diferentes roupagens e discursos, de modo que passou a ser reproduzido em vários lugares e continentes (SILVEIRA, 1999, p. 142).

É importante entender que o racismo não foi, simplesmente, a falta de conhecimento e solidariedade da Europa com os demais povos. O racismo consistiu na tenta-

tiva dos europeus de positivar a si próprio, cuja contrapartida era a inferiorização dos “outros”. As teorias racialistas foram provedoras e legitimadoras de várias doutrinas políticas agressivas e de imagens preconceituosas. Muitas imagens permanecem nos dias atuais. A imagem da África primitiva, bárbara e incapaz de se desenvolver sozinha continua viva na mentalidade de muitas pessoas. A ideia do continente negro ainda está permeada por atraso e ausência de modernidade. Fome, pobreza, doenças, guerras fratricidas sem qualquer racionalidade, belas paisagens naturais e animais selvagens chegam até nós como a única realidade africana.

Tudo isso nos faz lembrar das palavras do historiador Eric Hobsbawm, quando enfatizava que a História (podendo ser as Ciências Humanas e Sociais) é tão perigosa quanto a Física. Enquanto a Física produz bomba atômica, a História constrói ideologia!(HOBSBAWN, 1998).

ATIVIDADE:

1. A partir da abordagem sobre raça, racismo e representações, reflita sobre o que se pede abaixo:

- as características da ideia de raça existente desde o final do século XVIII até os dias atuais;
- como essa ideia de raça se mantém presente no imaginário sobre a África na atualidade.

ATIVIDADE PARA SER DISCUTIDA EM GRUPO:

2. Há um debate constante sobre a existência ou não de “raça”. Qual é a sua opinião sobre este assunto?

REFERÊNCIAS

CORREA, Silvio Marcus de Souza. A antropofagia na África equatorial: etno-história e a realidade do(s) discurso(s) sobre o real. *Afro-Asia* 37, p.37, p. 9-41, (2008). Disponível em <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/Afroasia37_009_041_Correa.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2014.

HEGEL, Jorge Guillermo Federico. El Viejo Mundo. *Lecciones sobre la filosofia de la historia universal*. Tradução de José Gaos. Tomo I: Tercera Edicion. Madrid: Revista de Occidente, 1990.

HOBSBAWN, Eric. Dentro e fora da História. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13-21.

LANGER, Johnni. Civilizações perdidas no continente negro: o imaginário arqueológico sobre a África. *Mneme: revista de humanidades*, v. 7, n. 14, p. 1-19, 2005. Disponível em: <<http://ufrn.emnuvens.com.br/mneme/article/view/287/262>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. A exploração do continente africano. *O Brasil e as colônias portuguesas*. 5 ed. Lisboa: Parceria António Maria Pereira LIVED, 1920.

SCHWARCZ, Lilia K. M. Usos e abusos da raça e mestiçagem no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. *Afro-Asia*, n. 18, p. 77-101, 1996. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n18_p77.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2014.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, n. 23, p. 87-144, 1999. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n23_p89.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2014.

A ÁFRICA QUE SE DEVE CONHECER

UM PASSEIO PELA ÁFRICA

Pouco sabemos sobre a geografia e as culturas do continente africano. Em muitos momentos, a ideia de uma região homogênea nos impregna diante das informações sobre animais selvagens e belas paisagens que obtemos com frequência. Nesta parte, vamos fazer um breve passeio pelo continente africano para compreender um pouco mais sobre a diversidade sociocultural e espacial da África.

Figura 3 - Mapa Político



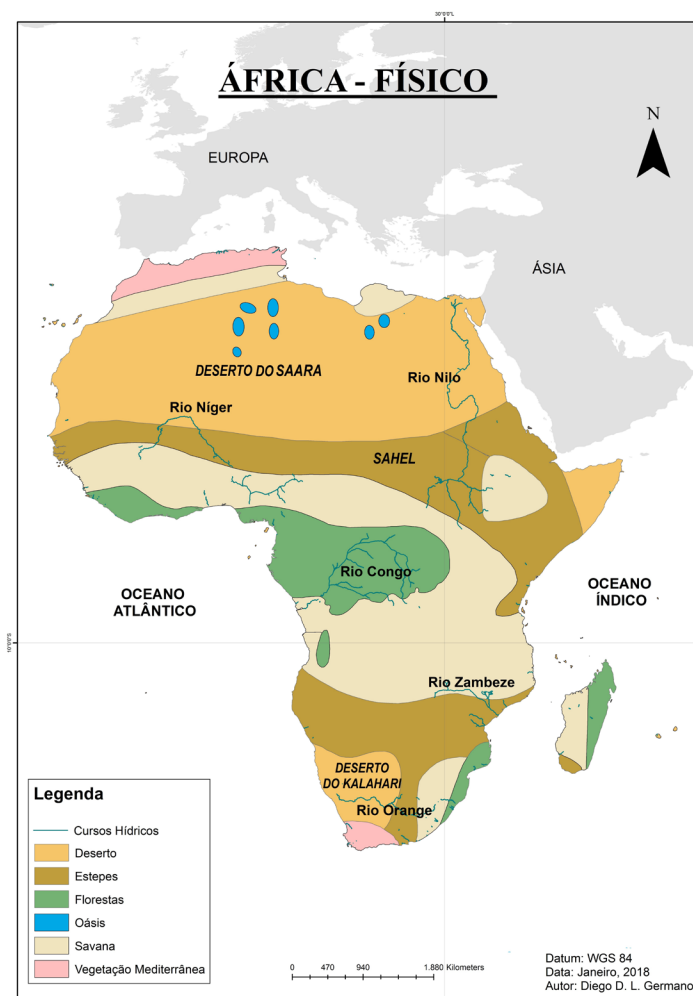
Fonte: Dhermani, Diego - 2018.

A. A ÁFRICA E SUA GEOGRAFIA

A África é o terceiro maior continente do globo terrestre em extensão, com cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados. A área continental está localizada ao Sul da Euro-

pa, da qual se encontra separada pelo mar Mediterrâneo, e tem ligação com a Ásia através do Canal de Suez, sendo banhada pelos oceanos Índico (a Leste) e Atlântico (a Oeste). Por meio desses mares e oceanos os africanos tiveram contato com povos de outros continentes durante muitos séculos. Mas, para o interior do território os rios têm sido o meio de comunicação mais importante, por aproximar povos de diferentes áreas da África. Os rios mais conhecidos são Nilo, Níger, Senegal, Cuanza, Congo, Limpopo e Zambeze.

Figura 4 - África – Físico



Fonte: Dhermani, Diego - 2018.

A geografia do continente africano é bastante diversa. As duas áreas desérticas são o deserto do Saara (ao Norte) e o deserto do Kalahari (ao Sudoeste). O Saara é o maior e mais quente deserto do mundo, com uma área total de cerca de nove milhões quilômetros quadrados. O tamanho da área do Saara assemelha-se ao da Europa. Essa enorme faixa desértica divide o continente, cuja extensão parte da costa do Atlântico

até o Mar Vermelho. O deserto do Saara se estende para os territórios da Argélia, Chade, Egito, Líbia, Mali, Mauritânia, Marrocos, Níger, Saara Ocidental, Sudão e Tunísia. Essa região desértica já possuiu lagos e densas florestas tropicas. Atualmente, o clima é seco, com algumas minas de sal, e isento de vegetação, com exceção do vale do rio Nilo, dos poucos oásis e das raras montanhas. Um pouco menos conhecido que o Saara é o deserto do Kalahari, que compreende parte de três países localizados no Sul do continente: Namíbia, Botswana (ou Botsuana) e África do Sul.

Na faixa ocidental, ao norte do Saara, encontra-se uma região chamada de Magreb. Magreb é uma denominação árabe que significa poente ou ocidente. É a região noroeste da África. Situado entre o mar Mediterrâneo (ao Norte), oceano Atlântico (ao Oeste), golfo de Gabes (ao Leste) e deserto do Saara (ao Sul). O Magreb possui clima mediterrânico, com áreas férteis por estar nas proximidades do Mediterrâneo e do Atlântico, bem como regiões quentes e secas atingidas pela extensão do deserto.

Já na borda Sul do deserto do Saara, há uma estreita faixa chamada de Sahel. Palavra originária do árabe que significa costa ou fronteira. A costa ou fronteira que não só divide a extensa área árida do Saara e a região fértil da savana, mas que também apresenta condições climáticas intermediárias entre esses dois polos. A savana é a área mais fértil do continente, com clima mais tropical. Durante séculos, a área sudanesa apresentou maior densidade demográfica devido às boas condições para agricultura, pastagens e habitação. A savana compreende várias áreas e países do continente, desde o Atlântico até Índico.

A região da costa ocidental, onde desaguam os rios Senegal, Níger, e Congo, apresenta condições climáticas bastante específicas no continente: área da floresta equatorial. A floresta equatorial está situada no centro do continente. A área das grandes florestas é bastante úmida e, durante muito tempo, foi pouco habitada. Atualmente, as florestas têm sido derrubadas por povos que ali passaram a habitar. Povos que cultivam alimentos, criam animais, caçam e pescam. Os limites da floresta equatorial ligam-se às savanas.

B. UM PASSEIO PELO MAPA LINGUÍSTICO DA ÁFRICA

A África é o segundo continente com maior densidade populacional no mundo, com 800 milhões de habitantes. A taxa de crescimento da população é uma das mais altas do mundo, com quase 3% ao ano. Atualmente, o continente possui 55 países, com línguas, culturas e organizações políticas diferentes.

Nesse populoso continente, falam-se aproximadamente duas mil línguas diferentes. Muitas dessas línguas possuem variações, denominadas dialetos. Há línguas que são faladas por cerca de 70 milhões de pessoas, tal como ocorre com o hauçá, no Norte da Nigéria. Alguns estudiosos identificam a existência de cinco grandes famílias linguísticas, que formam essas línguas: Afro-Asiática; Nilo-Saariana; Khoisan; Austronésia; Níger-cordofoniana. Essas famílias linguísticas são faladas nas seguintes regiões:

- Afro-asiática: norte; nordeste, noroeste e cobre o Saara e regiões da franja do deserto;
- Nilo-saariana: partes centrais do deserto e proximidades da nascente do Nilo;
- Khoisan: Namíbia, partes do sudoeste e pequenas regiões no centro-leste;
- Austronésia: ilhas do Índico, sobretudo Madagascar;
- Níger-cordofoniana: África Ocidental, Central e Sudeste.

Figura 5 - África – Grupos linguísticos



Fonte: Dhhermani, Diego - 2018.

Todas essas famílias linguísticas são divididas em troncos linguísticos. O tronco linguístico banto é derivado da família Níger-cordofoniana. Atualmente, a maioria das línguas faladas abaixo da linha do Equador são originárias do tronco linguístico banto. É importante enfatizar que banto não é uma língua. Como poucas pessoas sabem, o banto consiste em uma raiz comum a várias línguas, que compartilham determinadas semelhanças, algumas mais evidentes e outras pouco perceptíveis. Inclusive, algumas línguas banto chegaram ao Brasil e trouxeram contribuições para a nossa língua. Essas línguas foram trazidas pelos escravizados ao longo do período do tráfico Atlântico.

No quadro linguístico da África, há a presença de determinados vocábulos das línguas europeias (tais como português, francês, inglês, alemão, entre outras) em algumas línguas africanas. Além disso, algumas línguas europeias são faladas no continente africano devido à experiência do colonialismo. Muitos países africanos adotaram a antiga língua do colonizador como idioma oficial da nação. Vários fatores contribuíram para essa situação. Um deles estava ligado à dificuldade de escolher uma única língua local em um país que abarcava uma multiplicidade de línguas, o que poderia aguçar conflitos e causar uma espécie de imposição linguística de um dado povo sobre os demais. Na Nigéria, por exemplo, falam-se cerca de 500 línguas, uma das maiores concentrações linguística do mundo. Outro fator está ligado à ideia de ser uma língua, na época das independências linguísticas, que estava na linguagem da burocracia do Estado. Por sua vez, essas línguas europeias receberam influências das línguas nativas, apresentando variações em relação aos respectivos idiomas falados na Europa.

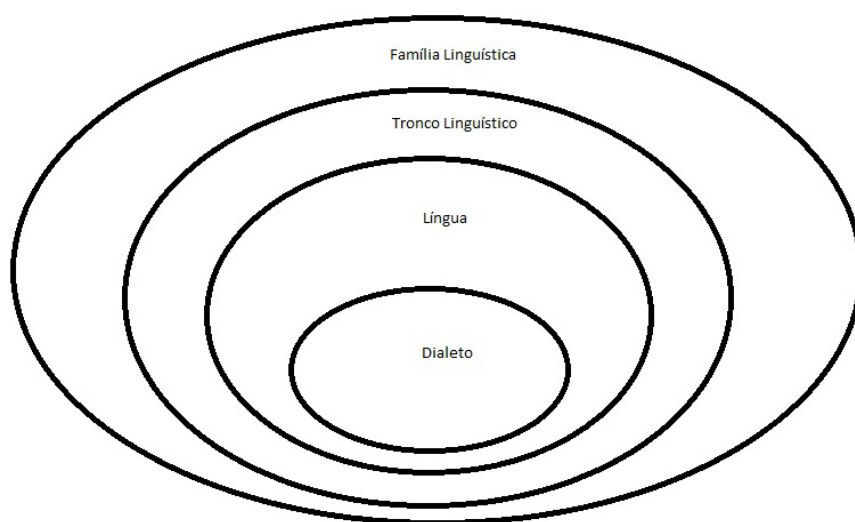
O mesmo aconteceu com a língua árabe, que chegou ao continente africano no século VII e se espalhou por diversas regiões. A língua árabe chegou a muitas regiões do continente africano através do Islã. Em algumas localidades, fala-se a língua árabe. Em outras, há a presença de línguas oriundas da mistura do árabe com um tronco linguístico ou com línguas locais. Podemos citar o exemplo da língua Kiswahili, que foi o resultado da mistura entre as línguas do tronco linguístico banto e o árabe. O Kiswahili atualmente é falado em 12 países africanos e é considerado como língua oficial do Quênia, Tanzânia e Uganda. Tem-se cerca de 50 milhões de falantes do Kiswahili.

Apesar de cada povo falar sua língua, centenas de línguas no continente africano são amplamente utilizadas para comunicação entre sociedades e etnias diferentes. O convívio e as trocas culturais, políticas e econômicas entre determinados povos

permitem a utilização de línguas francas ou de comunicação de grupos diferentes. Podemos citar o exemplo do árabe, somali, berber, amárico, oromo, kiswahili, hauçá, igbo, fulani e yoruba, que são faladas por dezenas de milhões de pessoas.

Para evitar confusões, é importante entender que as diferenças entre família linguística, tronco linguístico, língua e dialeto. Como já foi mencionado, a família linguística consiste em um ramo extenso que abarca vários troncos linguísticos. A partir do tronco linguístico originaram-se muitas línguas que, de acordo com as variações de povoações e localidade, pode ter dialetos diferentes. Como exemplo do tronco linguístico banto, podemos citar o quimbundo, bacongo, xichangana, entre outras línguas. Cada língua dessas é falada por povos diferentes, os quais possuem várias comunidades e povoações com distintas formas de pronunciar as palavras e sotaques. Dialeto é a variação do modo de falar a mesma língua, sendo que as pessoas que compartilham o mesmo idioma conseguem se compreender.

Figura 6 - Estrutura Linguística



Fonte: Thomaz, Fernanda – 2018.

Portanto, é fundamental não olhar para as línguas africanas como um dialeto. É comum atribuir o valor de dialeto às línguas africanas. Ao longo do colonialismo no continente africano, os europeus procuraram hierarquizar as línguas. Os idiomas falados na Europa eram considerados línguas e os oriundos da África passaram a ser vistos como dialetos. Os colonizadores não percebiam que os africanos eram capazes de criar línguas. Desse modo, tentou-se hierarquizar as línguas ao classificar como dialetos os idiomas africanos.

SUGESTÕES DE LEITURA:

PEREIRA, José Maria Nunes. O continente africano: perfil histórico e abordagem geo-política das suas macrorregiões. In: BELLUCCI, Beluce. (Org.). Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: UCAM/CEAA – CCBB, 2003.

OLIVER, Roland. A experiência africana: da pré-história aos dias atuais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. (Capítulos 1 a 4).

C. PERAMBULANDO PELAS HISTÓRIAS, ETNIAS E SOCIEDADES AFRICANAS

A multiplicidade linguística está acompanhada da diversidade sociocultural existente no continente africano. Tal diversidade representa a existência de muitos povos, com modo de vida, religião e costumes diferentes. Em um país específico, há vários povos, com práticas culturais, políticas e econômicas diferentes.

No imaginário europeu, a África era composta por inúmeras tribos. Entendia-se que a forma de organização social dos africanos estava baseada no costume, passado de geração a geração sem qualquer transformação e mudança. A ideia de tribo simbolizava o atraso, enquanto os europeus eram portadores de povos e sociedades em constante movimento. A cultura era apresentada como aspecto principal das relações sociais entre os africanos, enquanto o elemento político tornava-se inexistente. Tribo servia para representar as sociedades ditas “primitivas”, “bárbaras” e “selvagens”, sem qualquer forma de organização política.

Ao conhecer um pouco mais a história e as realidades africanas, podemos perceber que as relações sociais foram, ao longo do tempo, criadas e recriadas, o que gerou multiplicidades de costumes e hábitos diversos. Aglomerados humanos não somente transformaram sua realidade social, como também tinham concepção dela de forma racionalizada. Alguns aglomerados viveram de forma nômade a partir de núcleos familiares e chegaram a se tornar organizações políticas centralizadas. Desse modo, havia grupos identitários, os quais poderíamos chamar de *etnias*, *sociedades* ou *povos*. Todas essas identidades são construções sociais, passíveis de invenção e transformação. Alguns desses grupos chegavam a acreditar na existência de uma origem comum (partindo de um ancestral coletivo ou não) que denotasse a busca de uma única autoridade política. Muitas vezes, dentro desses agrupamentos identitários, havia grupos

de menores de idade, sociedades secretas de caçadores e ferreiros, confrarias religiosas. Esses laços geravam redes de lealdades e solidariedades, as quais podiam ou não atravessar os limites da etnia. Em outras situações, esses laços permitiam criar espaços de organização política não centralizada, com poderes descentralizados. Esse poder sem uma única autoridade política também representava o grupo identitário. Podemos citar o exemplo de sociedades ou etnias em que o conselho de anciãos controlava o poder político.

A multiplicidade é condição premente para entender a história das sociedades africanas. Essa premissa é a condição básica para perceber que os africanos eram sujeitos de sua própria história. Tal concepção foi recusada pelos europeus durante muito tempo. Como já foi brevemente mencionado, a afirmação mais famosa foi pronunciada pelo filósofo alemão Friedrich Hegel, que argumentou o seguinte sobre o que chamava de “África propriamente dita” (abaixo do deserto do Saara):

Não tem interesse histórico próprio, senão o de que os homens vivem na barbárie e na selvageria, sem ministrar nenhum ingrediente de civilização. Por muito que retrocedamos na história, percebemos que a África esteve fechada ao contato do resto do mundo. É o eldorado reconhecido em si mesmo. É o país criança, envolta da negrura da noite, ausente da luz da história consciente (HEGEL, 1997, p. 186-187¹).

A África é apresentada como o lugar do presente etnográfico, onde populações permaneceram no passado, sem ter consciência e experiência histórica. A “África propriamente dita” de Hegel estava condenada à ausência de história. A ausência de história refletia, na concepção do filósofo alemão, a inexistência de mudança e de heterogeneidade.

Distante da perspectiva do Hegel, atualmente, sabemos que a história é um bem humano. Todos os seres humanos são históricos, de modo que não só fazem sua história como têm concepção dela. Os historiadores Boubou Hama e Joseph Ki-Zerbo fizeram uma premente observação:

Mas sendo a consciência histórica um reflexo de cada sociedade, e mesmo de cada fase significativa na evolução de cada sociedade, compreender-se-á que a concepção que os africanos possuem de sua própria história e da história em geral seja marcada por seu desenvolvimento [...]. Desse modo, pode-se constatar que o tempo africano é, às vezes, um tempo mítico e social, mas também

1 Tradução feita pela autora

que os africanos têm consciência de serem os agentes de sua própria história (HAMA; KI-ZERBO, 2010, p. 60).

Durante muito tempo, acreditou-se que os africanos estavam imersos em um tempo mítico enquanto os povos de outros continentes passavam por “etapas de progresso”. Um dos principais argumentos para indicar a falta de história entre os africanos foi a ausência de escrita. Muitas sociedades africanas não possuíam a escrita. A oralidade conjugava todas as relações sociais, sobretudo, a representação e a compreensão do passado. Para muitos europeus, a representação fantástica do passado e o mito dominavam o pensamento africano, o que não podia ser considerado como racional e longe de qualquer comprovação histórica.

O tempo mítico e social faz parte de todas as sociedades, o que não era diferente nas sociedades africanas. História é vida incessante de um grupo. O tempo é dinâmico e nenhum grupo é prisioneiro de um processo estático ou de um retorno cíclico. O tempo é um elemento vivido e social. Em alguns povos africanos, usavam-se recursos da natureza e eventos sociais para contabilizar o tempo histórico. Podemos citar exemplos de medição do dia através da posição do sol, ou a demarcação de períodos mediante os fatos importantes compartilhados socialmente. Independentemente da forma utilizada para representar ou contabilizar o tempo, a concepção de história é social. Cada sociedade concebe e representa a história de maneira diferente.

Nas sociedades africanas, as gerações passadas não estavam perdidas no tempo presente. O percurso histórico faz o passado atuar sobre o presente que, por vez, interfere no futuro. A herança do conhecimento era passada de boca a ouvido, de pai para filho, de geração a geração. Nas sociedades ágrafas (sem escrita), as pessoas estão ligadas à palavra que proferem. A palavra legitima as ações humanas. Por exemplo, em algumas regiões, entre os bambara, na região do atual país Mali, a palavra possui o valor moral e sagrado, ligado à origem divina daquela sociedade. Há uma certa fidelidade com a transmissão oral.

Ao contrário do que muitas pessoas acreditam, a tradição oral não se limita a histórias e relatos mitológicos. Há vários guardiães e transmissores qualificados. Segundo o mestre e intelectual malinês Amadou Hampaté Bâ, nas sociedades ágrafas, a função da memória é mais desenvolvida, sendo que as pessoas conseguem guardar e memorizar as ações e acontecimentos passados com um rigoroso cuidado. Originário da cultura

bambara, Hampaté Bâ informou que todos têm responsabilidade com a transmissão oral, entretanto, havia indivíduos que exerciam a função de guardiões da oralidade. Os chamados *tradicionalistas* e os *griots* detêm a função de salvaguardar essa tradição viva.²

Griot é uma palavra francesa que designa alguns indivíduos responsáveis pela palavra. Os *griot* ou *dieli* são especialistas em proferir a palavra e, através dela, animar as festas, contar histórias e intermediar relações políticas. Podem-se dividir em três tipos de *dieli*: músicos, embaixadores, e genealogistas. O tradicionalista ou *doma* diferencia-se do *dieli* por duas questões. Primeira: o *doma* deve ser iniciado e precisa passar um longo período de sua vida em aprendizado com mestres que lhe ensinam a “ciência” que envolve todos aspectos da vida humana. Vale ressaltar que, em muitas sociedades africanas, o conhecimento acerca do mundo natural e social não é compreendido através de especialidades, tal como a nossa percepção de Biologia, Geologia, História, Geografia. O conhecimento apresenta-se de forma generalizadora, as pessoas aprendem que a vida está circunscrita por todos os aspectos socionaturais em conjunto e simultaneamente. Dessa forma, o *doma* torna-se um conhecedor da vida e das relações humanas, de modo que passa a ser respeitado e a receber pessoas vindas de longas distâncias em busca de orientação, devido à sua sabedoria. O *dieli* não precisa passar por iniciação e nem possui o mesmo reconhecimento. A segunda questão de diferenciação entre o *doma* e o *dieli* consiste na seriedade em expor sua concepção em relação à realidade ou em contar histórias individuais ou coletivas. Um *doma* deve dizer a origem da informação e como adquiriu o conhecimento apresentado, enquanto o *dieli* tem a liberdade de ser cínico e de falar despreocupadamente, sem compromisso com a verdade. Os *dieli* podem, muitas vezes, contar mentiras descaradas. Esse é o exemplo de especialistas em proferir a palavra na cultura bambara. Já entre os fulani, o *doma* é conhecido como *gando* ou *tchiorinke*.

Diante disso, é importante desmistificar os apegos pela escrita ou pela datação dos acontecimentos. Por meio da oralidade, muitos povos concebem e procuram salvaguardar a história, com especialistas que conseguem não somente buscar comprovações, como também indicar quando os fatos ou situações aconteceram. Isso diferencia do que faz a ciência moderna no Ocidente? A busca pela objetividade da

2 Na língua bambara, tradicionalista é chamado de *doma* e o *griot* conhecido como *dieli*.

comprovação ainda está em pauta. O que Amadou Hampaté-Bâ mostra é que os bambara também fazem isso há um bom tempo!

Um dos desafios que muitas sociedades encontram é a manutenção da importância da oralidade. O colonialismo impôs a escrita em desprezo da oralidade, de modo que muitos jovens não têm valorizado a história de boca a ouvido. A escrita tem sido um dos legados do período colonial, onde pouco a pouco o oral perde o seu lugar legitimador e de dinamização das relações sociais, ou seja, qualquer acordo passa a ser oficializado ou a ter validade com o documento escrito e assinado.

Esse desafio também foi observado com bastante cuidado pelos historiadores africanistas na década de 1960. Com as independências dos países africanos, o que ocorreu a partir da década de 1950, um dos principais interesses dos africanos foi a criação de universidades e campos de estudos voltados para a história africana e dos respectivos países. A ideia era incentivar a produção de conhecimento histórico que valorizasse os africanos, suas ações e feitos! Como vimos, os africanos não só concebiam suas histórias, bem como procuravam guardá-las. A diferença consiste em que essa produção de história estava baseada na perspectiva científica ocidental. A partir dos bancos universitários europeus, as novas lideranças e intelectuais africanas buscavam refletir sobre a história africana, a partir da África e dos africanos. A proposta era combater a concepção hegeliana e positivista que ainda fazia parte da concepção de vários indivíduos. Acreditava-se que era necessário afirmar e comprovar cientificamente que a África tinha história.

Durante as décadas de 1960 e 1970, várias universidades foram criadas no continente africano. Alguns intelectuais africanos foram formados em universidades europeias. A primeira geração de historiadores africanos era constituída por K. Onwuka Dike, Amadou Mahtar M'Bow, Joseph Ki-Zerbo, Boubou Hama, Cheikh Anta Diop, entre outros. Tudo isso impulsionou a principal questão da primeira geração de historiadores: como pensar a história africana, uma vez que há a ausência de escrita? Nesse momento, era fundamental destruir os livros coloniais, em que os africanos letrados eram obrigados a ler, até como requisitos nas escolas básicas, os elogios da superioridade europeia e da inferioridade africana, ou uma história que indicava que os “nossos ancestrais eram os gauleses” (como no caso do colonialismo francês). Além disso,

a produção histórica deveria fazer parte do processo de construção do nacionalismo e da busca pela identidade nacional nos países recém independentes.

Em busca de fontes escritas endógenas, produzidas pelos africanos, esses historiadores foram impulsionados a buscar outros métodos e técnicas para pensar a História da África. A existência de poucas fontes escritas e mal distribuídas no continente não permitia os mesmos modelos de observação da história produzida na Europa. Esses historiadores passaram a definir a interdisciplinaridade como um importante método de análise da História africana. Na ausência da fonte escrita, devia-se buscar todos os vestígios deixados pelos indivíduos no passado. Arqueologia, Linguística, Cartografia, Genética, Botânica, Antropologia, entre outras disciplinas, eram vistas como necessárias para reconstruir a história dos ancestrais. Acreditava-se que sem essa junção disciplinar seria impossível entender a História da África.

Nos seminários sobre História da África, ocorridos em Dakar (Senegal) no ano de 1961 e em Dar-es-Salaam (Tanzânia) no ano de 1965, a tradição oral foi considerada a principal técnica para a produção histórica africana. A principal defesa era que a tradição oral apresentava as fontes insubstituíveis para a História da África. Intelectuais como Jan Vansina, Dibril Niane, Amadou Hampaté Bâ, Joseph Ki-Zerbo e Boubou Hama, entre outros, defenderam a importância da oralidade para pensar a História da África. Sem o uso da tradição oral seria impossível refletir sobre as ações dos africanos no passado. Uns foram mais arrojados e defenderam que era necessário deixar de lado a escrita e reconstruir a história africana, unicamente, através da oralidade. Outros argumentavam que era importante cruzar os discursos orais com os depoimentos escritos. Independentemente dos caminhos tomados pelos defensores da oralidade, esses debates foram fundamentais para os avanços na produção da História da África.

SUGESTÕES DE LEITURA:

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. Tradição Viva. História geral da África: metodologia e pré-história da África. v. I. Brasília: Unesco, 2010.

BARRY, Boubacar. **Senegâmbia**: o desafio da história regional. Amsterdã: SEPHIS; Rio de Janeiro: CEAA, 2000.

DICA DE FILME:

KEITA! a herança do griot. Direção de Dani KouyatéParis: AFIX productions, 1996.

ATIVIDADE:

1. Sobre a tradição oral, responda o seguinte:

- reflita sobre a importância da oralidade nas sociedades africanas, uma vez que não havia a presença da escrita em muitas regiões.

2. Sobre a diversidade social do continente africano, comente o seguinte:

- sua compreensão em relação à diferença entre tronco linguístico e língua, bem como sobre a concepção de tribo e sociedade.

ATIVIDADE PARA DISCUTIR EM GRUPO:

1. Qual é a importância da escrita e oralidade em nossa sociedade? Como o trabalho com os depoimentos orais pode ser importante para resgatar as histórias dos grupos afrodescendentes em nossa sociedade?

REFERÊNCIAS

- FAGE, J. D. Evolução da historiografia da África. *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. v. I. Brasília: Unesco, 2010, p. 2-23.
- FARIAS, Paulo F. de Moraes. *Griots*, louvação oral e noção de pessoa no Sael. Casa das Áfricas. 2004. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/Griots-louvacao-oral-e-no-cao-de-pessoa-no-Sahel.pdf>>.
- FIGUEIREDO, Fabio B. & COELHO, Marcos Dias. *Módulo: História da África*. Programa Cor da Bahia/ Curso de Formação para Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras, 2012.
- HAMA, Boubou; KI-ZERBO, Joseph. Lugar da história na sociedade africana. In: KI-ZERBO, Joseph. (Dir.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. v. I. Brasília: Unesco, 2010. p. 61-71.
- HEGEL, Jorge Guillermo Federico. El Viejo Mundo. *Lecciones sobre la filosofia de la historia universal*. Tradução de José Gaos. Tomo I: Tercera Edicion. Madrid: Alianza, 1997.
- KI-ZERBO, Joseph. As tarefas da história na África. *História da África negra*. v. I. Lisboa: Europa-América, 1991, p. 9-34.
- _____. Um continente descobre o seu passado. *O conselho da Unesco*. Rio de Janeiro, a-7, n. 10/11, 1977.
- LOPES, Carlos. A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos. *Actas do Colóquio “construção e ensino da História da África”*. Lisboa, 1995.
- M'BOKOLO, Elikia. Introdução. *África Negra: história e civilizações*. Tomo I. Salvador: EdUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.
- OLIVER, Roland. *A experiência africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- SILVA, Alberto da Costa e. A paisagem e o homem. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

HISTÓRIA DE UM CONTINENTE I

HISTÓRIA DE UM CONTINENTE I

A. ONDE TUDO COMEÇA!

Sabe-se hoje que a humanidade teve sua origem na África. Com o trabalho de pesquisadores, há comprovações de que os primeiros seres humanos partiram do continente africano. Afinal, com essas afirmações ainda podemos considerar a África como um continente fechado e isolado de povos de outras regiões do globo terrestre?

Durante muito tempo, cientistas europeus recusaram a ideia de que a humanidade poderia ter-se iniciado na África. Alguns pesquisadores tentaram comprovar que a origem da espécie humana tinha o seu lugar na Europa ou no Oriente Médio. É possível encontrar restos paleontológicos dos momentos embrionários dos “primatas” que pertencem ao gênero humano na África, América, Ásia e Europa. No entanto, apenas na África foram encontrados vestígios de todas as fases do processo de “hominiização”, dos primeiros primatas até o *Homo sapiens*, em um longo período de cerca de 70 milhões de anos. Atualmente, os paleontologistas defendem que é na África (mais especificamente na África oriental e meridional) que encontramos vestígios paleontológicos de 2 até 10 milhões de anos atrás. Há comprovação da existência das principais fraturas de desenvolvimento do reino animal e dos expressivos momentos de mutação para a formação do gênero humano.

Os fósseis dos *Australopithecus* datam do período entre 10 a 3 milhões de anos atrás, localizados em regiões que se estendem do Mar Vermelho até o Cabo. Há cerca de 4 milhões de anos, o gênero *Homo* se constituiu no interior da família dos Hominídeos e chegou a conviver em paralelo com o gênero *Australopithecus*. Podemos distinguir três grandes momentos de evolução do gênero: *Homo habilis*; *Homo erectus*; *Homo sapiens*. A tese mais aceita sobre a emergência do gênero *Homo* é a de Yves Coppens. Yves Coppens defendeu que as mudanças climáticas e ambientais em conjunção com as mutações ecológicas influenciaram na aparição do *Australopithecus boisei* e no desenvolvimento do *Homo habilis* (M'BOKOLO, 2009). Fósseis de *Homo habilis* foram localizados em vários sítios africanos após a descoberta de Louis B. S. e Mary Leakey no ano de 1959, em Olduvai (Tanzânia). Em sítios no Quênia, Etiópia e África do Sul, estudou-se o *Homo habilis*, comprovando-se a distinção anatômica

em relação aos *Australopithecus* (no que se refere à capacidade craniana e a uma dentição que indica uma alimentação carnívora). Apesar das distinções, é também atribuído ao *Homo habilis* o uso de utensílio em pedra e uma vida coletiva, tais como a constituição de bandos e a construção de abrigos, entre outros.

Os atuais debates relacionados ao processo de evolução da humanidade incidem na fase de *Homo erectus*, uma vez que os primeiros fósseis foram encontrados na China, no final do século XIX, e somente na década de 1960 os localizaram na África. Há um debate acerca de que o *Homo erectus* asiático e o *Homo erectus* africano formariam duas espécies diferentes e não uma única. Apesar dessa afirmação, ambos apresentam semelhanças anatômicas, e os fósseis encontrados na África oriental eram mais antigos que os encontrados na Ásia.

Mesmo com esse antigo debate, hoje não se questiona a unidade da espécie *Homo sapiens sapiens*. Essa discussão estende-se em dois polos ligados à origem do *Homo sapiens*: o modelo “candelabro” e o modelo “arca de Noé”. No primeiro modelo, alega-se que a separação entre o *Homo erectus* (os antepassados do *Homo sapiens*) e o *Homo sapiens* teve origens diferentes em outros continentes. No segundo modelo, o *Homo sapiens* teria se originado em um lugar específico, no caso a África, e depois migrado para outros continentes, onde teria formado novas populações. Diante de diferentes investigações que comprovam a origem da humanidade na África, podemos ficar com as palavras de Elikia M'Bokolo:

A comparação dos diferentes grupos permitiu reconstruir uma espécie de árvore genealógica cujo tronco comum se encontra na África. A primeira subdivisão separa os africanos dos não-africanos; depois outras subdivisões criam, em cada um destes grupos, subgrupos (pigmeus, bantu, nilo-saharianos entre os africanos; norte-eurasiáticos e sul-asiáticos) que, por sua vez, criaram subgrupos. Numa segunda fase, os inquéritos recorrem quase exclusivamente aos recursos da genética molecular (M'BOKOLO, 2009, p. 26).

Sem mais delongas, as teorias que defendiam o isolamento e o fechamento da África não têm mais espaço diante de toda essa discussão. A partir daqui, iremos compreender as páginas históricas do continente africano, que não só é portador de história, mudança e relações com o exterior, como também influenciou e contribuiu para a humanidade desde de sua origem.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Lucy – *Australopithecus afarensis*

No ano de 1974, o paleontólogo Donald Johanson e sua equipe encontraram um fóssil de cerca de 3,5 milhões de anos na região de Afar, na Etiópia. Os restos encontrados eram semelhantes aos de um esqueleto feminino, com o crânio e outras partes ósseas quase completas. A equipe de Johanson denominou esse fóssil de Lucy, em alusão à música dos Beatles que ouviam no acampamento à época da descoberta do fóssil. O nome científico do fóssil é *Australopithecus afarensis*.

SUGESTÃO DE LEITURA:

M'BOKOLO, Elikia. O conhecimento adquirido: uma outra África a descobrir. África negra: história e civilizações. Tomo I. Salvador: EdUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009, p. 18-26.

B. TEMPOS ANTIGOS

Quando estudamos História Antiga no ensino fundamental, médio e, muitas vezes, universitário, pouco (ou nada) discutimos sobre a África. Nos estudos de História Geral, a antiguidade inicia na região do Crescente Fértil, atual Oriente Médio, que reúne o Egito, a Palestina e a Mesopotâmia. Em geral, é raro o Egito aparecer como localizado no continente africano. Identificado com os faraós e com a obtenção de técnicas sofisticadas, o Egito nos é apresentado como uma civilização mediterrânea sem qualquer relação com as demais sociedades do continente africano. Abordam-se as relações do Egito com a Mesopotâmia e negligenciam-se as suas interações com as áreas africanas mais ao sul, tais como as regiões da Etiópia e do Sudão.

Há a percepção do lugar do Egito como civilização mediterrânea ou sociedade do mundo oriental afastada de qualquer proximidade com as populações negras do continente africano. Toda essa mentalidade é proveniente do século XIX. Em meio às teses evolucionistas e racialistas do século XIX, os grandes monumentos arquitetônicos e as práticas socioculturais egípcias eram considerados muito avançados e desenvolvidos para serem associados ao mundo negro. Afirmava-se com frequência que a África não era portadora de civilizações e culturas capazes de deixarem vestígios materiais ou imateriais de grandes influências e proporções. Apesar disso, ainda no século XIX, surgiram algumas ideias contrárias à perspectiva hegemônica, que che-

garam a constatar que a sociedade do Egito faraônico era composta por pessoas de cabelos crespos e pele escura.

Por esse motivo, o historiador senegalês Cheikh Anta Diop, nas décadas de 1950 e 1960, de forma bastante polêmica, enfatizou a importância dos povos negros na formação política, tecnológica e artística do Egito (BARBOSA, 2008). O Egito tem origem negra e sempre teve relações com os povos africanos mais ao sul. Por meio de trabalhos empíricos, Cheikh Anta Diop mostrou que os alicerces do que foi chamado de “civilização egípcia” estavam localizados nessas regiões mais ao sul. As discussões sobre a origem racial do Egito ainda estão em pauta. Alguns seguem a perspectiva de Cheikh Anta Diop e defendem que o Egito era negro. Outros alegam que houve uma miscigenação egípcia com povos negros e orientais, em função das migrações provenientes do Oriente Médio. Há grupos discordantes de ambas as posições, porque acreditam que o viés da origem racial não permite avançar na compreensão sobre a dinâmica da sociedade egípcia. A principal contestação incide na perspectiva de que os conceitos e as categorizações, físicas ou sociais, variam de acordo com a sociedade e com o tempo. Desse modo, para esses grupos de intelectuais, é mais importante entender como as pessoas se percebiam e concebiam uns aos outros, a partir de diferentes aspectos socioculturais, do que utilizar categorizações raciais para definir os habitantes do Egito.

É possível perceber que os debates atuais não questionam a presença africana na sociedade egípcia e, tampouco, recusam a existência de relações e de interdependência do Egito com outras sociedades do continente. O debate apenas reavalia a utilidade ou a essencialidade da “raça” como categoria fundamental para compreender as multiplicidades socioculturais do Egito. De fato, não temos como recusar que o Egito é africano!

SUGESTÃO DE LEITURA:

MOKHTAR, Gomar. (Ed.). História geral da África: África antiga. Vol. II. Brasília: UNESCO, 2010.v. II. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190250POR.pdf>>. Acesso em: 17 dez.. 2014.

C. OUTRAS REGIÕES ANTIGAS DOCUMENTADAS

Nos estudos sobre História Antiga há também a menção de outra região africana cuja localização, tampouco, é enfatizada no continente africano. Muito similar ao Egito, Cartago é apresentada como uma cidade localizada no Mediterrâneo. Localizada na atual Tunísia, a cidade era conhecida pela sua riqueza, poder e guerras contra a gigante Roma. Chegou a ser considerada a cidade mais poderosa do Mediterrâneo, com uma dinâmica atividade comercial, chefes políticos enriquecidos, vasta produção da principal base alimentar da época (o trigo) e o fluido contato com os povos do deserto (os berberes), que traziam o ouro de áreas mais ao sul do continente. Diante de tudo isso, Roma manteve seu domínio sobre Cartago a partir de 146 a.C.

Logo depois, sob o domínio de Roma, o cristianismo chegou em algumas regiões do território africano. A partir do século I, as populações no Egito sentiram a presença do cristianismo e, logo em seguida, foi a vez da região em torno de Cartago.

Quando o cristianismo se tornou a religião oficial do Império Romano, por volta do século IV, houve o envio de missões para a África. Alguns intelectuais e religiosos chegaram a ser influenciados pelo cristianismo, tal como ocorreu com Santo Agostinho, nascido em 354, na Numídia (na atual Argélia). Comunidades cristãs surgiram em conjunção com as crenças locais, o que permitiu a presença de igrejas diferentes. As igrejas cristãs coptas no Egito e a igreja cristã etíope foram movimentos decorrentes desse processo de cristianização de algumas comunidades africanas na Antiguidade. Esses movimentos não ocorreram sem conflitos e imposição, o que refletia os interesses de expansão política e econômica da época.

No Egito, o poder bizantino impôs o cristianismo a grupos que utilizaram a religião como caminho de resistir contra os seus opressores. Na região da Etiópia, o reino de Axum tornou-se cristão no século IV e manteve relações religiosas com o Egito e Constantinopla. O rei chamado Ezana se cristianizou por um sírio e, a partir daquele momento, os próximos reis cristãos construíram igrejas e palácios. Alguns séculos depois, os registros da tradição religiosa da igreja ortodoxa etíope reivindicavam a ascendência da Rainha de Sabá e do Rei Salomão.

D. CONECTIVIDADE RELIGIOSA

Pouco sabemos sobre o islamismo em África. Em muitos momentos, confundimos o islamismo com os árabes ou pouco entendemos a multiplicidade do Islã em África. O imaginário de uma religião violenta e agressiva, mergulhada em ações “terroristas”, é apresentado como o lugar comum do islã.

Desde a década de 1960, alguns pesquisadores têm debatido sobre a presença do islã na África. Alguns intelectuais defenderam que o islã era uma água límpida que conseguia ser a mesma em toda a parte. Para Jacques Jomier, a religião gravitou da órbita árabe para a África sem permitir transformação e adaptação nas localidades onde chegava. Recentemente, o historiador congolês Elikia M'Bokolo criticou a ideia de que houve um único processo de islamização da África. Segundo M'Bokolo, o islã chegou no continente africano e foi africanizado, e não ao contrário. A preocupação do historiador congolês é refletir sobre as ações das culturas e religiões africanas sobre o islamismo, ou seja, o islã sofreu influência das práticas já existentes (M'BOKOLO, 2009).

Assim como o cristianismo, o islã chegou no continente africano há bastante tempo e se adaptou às práticas religiosas locais. A religião foi criada por Maomé na Península Arábica, durante o século VII. Após a morte do profeta Maomé, em 632, houve um processo de expansão do islã para a Ásia, a África e o sul da Espanha.

Na perspectiva islâmica, acreditava-se que Deus enviava profetas desde que criou os seres humanos, tais como Abraão, Moisés, Jesus, entre outros, com o intuito de guiar e preparar a humanidade para a vida eterna. Deus havia escolhido um árabe para ser o último da linhagem dos profetas. Todos professavam um único Deus com revelação oriunda do céu. No entanto, Deus tentou direcionar a humanidade para que acreditasse somente Nele, cujas mensagens tinham dois princípios: monoteísmo e universalidade. Esses dois princípios foram trazidos do judaísmo e do cristianismo. Os judeus e os cristãos desviaram-se da proposta divina e restava a Maomé disseminar a proposta de Deus, ao conduzir a humanidade inteira ao islã. Na perspectiva do islamismo, o cristianismo se distanciou do monoteísmo por acreditar na semelhança entre Jesus e Deus, e o judaísmo distinguia-se da universalidade. Apenas Maomé seria o homem que professava a mensagem divina (assim como todos os profetas), e seus adeptos deviam obedecê-lo devido às suas revelações. Desse modo, os muçulmanos

viam o islã como a única religião expressamente monoteísta, o que tornava necessário expandir e convencer as pessoas a aceitarem a nova fé.

A primeira região a sentir a presença do islamismo foi o Egito, ainda no século VII. Em pouco tempo, os árabes conseguiram conquistar o Egito. A população copta egípcia preferiu aderir aos novos estrangeiros do que manter-se sob o domínio de Bizâncio. Os muçulmanos tentaram levar o islamismo mais ao sul e se depararam com a Núbia cristã. Depois de alguns conflitos, os muçulmanos foram derrotados e tiveram que aceitar a autonomia da região, quando foram feitos acordos para desenvolver o comércio.

No Magreb, houve um processo de penetração mais demorado e conflituoso do que o que houve no Egito. Os berberes, povos que habitavam essa região, resistiram à presença árabe. Muitos grupos berberes eram nômades ou seminômades, com bastante mobilidade e tenacidade. Roland Oliver e John Fage afirmaram que, quando o islã foi disseminado no Magreb, os berberes surpreenderam os árabes com a sua facilidade em aderir à fé e pelo entusiasmo com a religião. Essa facilidade estaria relacionada à presença de religião monoteísta na localidade – o cristianismo. O islã praticado pelas comunidades berberes foi adaptado às práticas religiosas locais, o que fez com que apresentasse formatos diferenciados das práticas muçulmanas da Arábia, ainda que seus fiéis seguissem os preceitos do Alcorão (livro sagrado) e de outros escritos islâmicos.

Em toda essa localidade ao norte do Saara, a primeira investida de islamização ocorreu através da imposição política e de um processo de “arabização”. A estrutura política muçulmana árabe expandiu e controlou regiões por meio da política e da religião. A islamização foi gradual e diversa. Novas estruturas foram criadas para a manutenção e a disseminação do islã, tais como as escolas de ensinamento religioso, que estavam longe de ser o propagado no Alcorão.

Com o tempo, o islamismo foi incorporado no Magreb. Foi a partir do Magreb e do Egito que o islã foi disseminado na África subsaariana, a partir do século IX. A propagação do islã nessa região não aconteceu por meio do processo de arabização e de domínio estrangeiro. Nas terras sudanesas³, chegava um islã misturado com crenças praticadas no Magreb, levadas pelos muçulmanos africanos. O comércio de

3 A área sudanesa compreendia parte da região abaixo do deserto do Saara chamada de Sael e Savana, do oceano Atlântico até o Mar Vermelho.

ouro, sal e escravizados, entre outros, que atravessava o deserto do Saara, dinamizou as interações socioculturais entre as áreas ao norte e ao sul do deserto do Saara. Como afirmou Alberto da Costa e Silva, o comércio entre as duas regiões já existia antes da chegada dos muçulmanos (SILVA, 1992). O contato com o islã e o interesse pelo ouro ajudou a desenvolver o comércio internacional no mundo muçulmano, cujas trocas adquiriram forma de um comércio regular a partir dos séculos IX e X. Essas trocas comerciais passaram a ser realizadas entre povos islamizados de ambas as localidades, o que permitiu não só a propagação da fé muçulmana, mas também a circulação de ideias, modos de vida e pessoas.

Os comerciantes foram os primeiros a se islamizarem na África sudanesa, fazendo com que o islamismo se tornasse uma religião dos centros urbanos, enquanto as populações mais rurais continuaram praticando as formas religiosas locais. Os comerciantes diúlas, hauçás e dyakhanke foram os primeiros a se converterem. A difusão do islã na área sudanesa foi comercial, sendo que a motivação religiosa tornou-se uma consequência. Segundo Ivan Hrbek, o islã nasceu no seio da sociedade comercial de Meca e foi pregado por um comerciante (Maomé) (EL FASI; HRBEK, 2010). Por esse motivo, o islã apresentava um conjunto de preceitos morais e práticas ligadas às atividades comerciais. Isso permitia controlar e sancionar as relações de comércio, além de oferecer uma ideologia unificadora que favorecia o crédito e assegurava o negócio dos membros religiosos de vários povos. Tudo isso permitia o surgimento de uma relação identitária entre os membros de uma rede comercial de longa distância. Os muçulmanos se reuniam em agrupamentos ao longo das rotas comerciais no Sudão. No primeiro momento, havia bairros separados para os comerciantes muçulmanos nas capitais sudanesas (tais como Gao e Gana), onde essas pessoas gozavam de autonomia jurídico-política e construía mesquitas. Isso distinguia os muçulmanos dos demais habitantes, uma vez que portavam hábitos e costumes associados à religião, como por exemplo as vestimentas, rejeição ao consumo do álcool, a realização das 5 preces ao dia, entre outros. O processo de islamização não ocorreu através da conversão em “massa” em vastas regiões, mas esteve inserido nos meios comerciais e de poder político. As populações rurais foram pouco atingidas. Por um lado, houve resistência silenciosa e constante de diferentes grupos africanos para proteger suas práticas religiosas locais, de modo que o islamismo irradiou-se lentamente pelo Sudão. Por outro

lado, os comerciantes muçulmanos não tinham interesse em fazer proselitismo entre as populações locais.

Em seguida, as chefias e a aristocracia africanas se islamizaram como forma de aumentar sua influência sobre o grande comércio transaariano. A conversão do primeiro chefe ocorreu no século XI. Segundo o viajante Al Bakri, quando um chefe era entronado, dava-lhe uma espada, um escudo e um Alcorão (M'BOKOLO, 2009). A islamização dessas chefias africanas possibilitou a “modernização” do islã na região, com a criação de um corpo de eruditos religiosos, que estudavam nas escolas corânicas do Magreb. Os eruditos religiosos que chegavam às terras sudanesas desenvolveram várias atividades que misturavam diferentes formas de espiritualidade, tais como a prática da cura, adivinhação, fabricação de amuletos e talismãs, além de ensinar o Alcorão. Por um lado, essas lideranças ganharam prestígio e respeito entre os não muçulmanos que procuravam ajuda desses eruditos para resolver problemas espirituais. Por outro, os convertidos à nova religião não precisavam abandonar todas as práticas religiosas locais.

Outras regiões africanas sentiram a presença do islã entre os séculos IX e XV, cujas características foram diferentes das mencionadas acima. Podemos citar a costa oriental da África e as ilhas do Índico. O islã permaneceu nas cidades costeiras ao longo desse período. As populações do litoral estavam em constante contato com os árabes e os persas, que se instalavam nessas cidades. Os habitantes desses centros urbanos se islamizaram, mas não se arabizaram. Do contato entre os povos bantos existentes nas áreas costeiras com os árabes surgiu a cultura swahili e a língua kiswahili em uma vasta área, que se estende da atual Somália até Moçambique, incluindo ilhas do Índico. Atualmente, o suaíli é concebido como uma designação étnica.

DICAS DE VÍDEO:

VIAJANDO pela África com Ibn Battuta. Coordenação de José Rivair Macedo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LpEuYhAsp3Y>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

SUGESTÃO DE LEITURA:

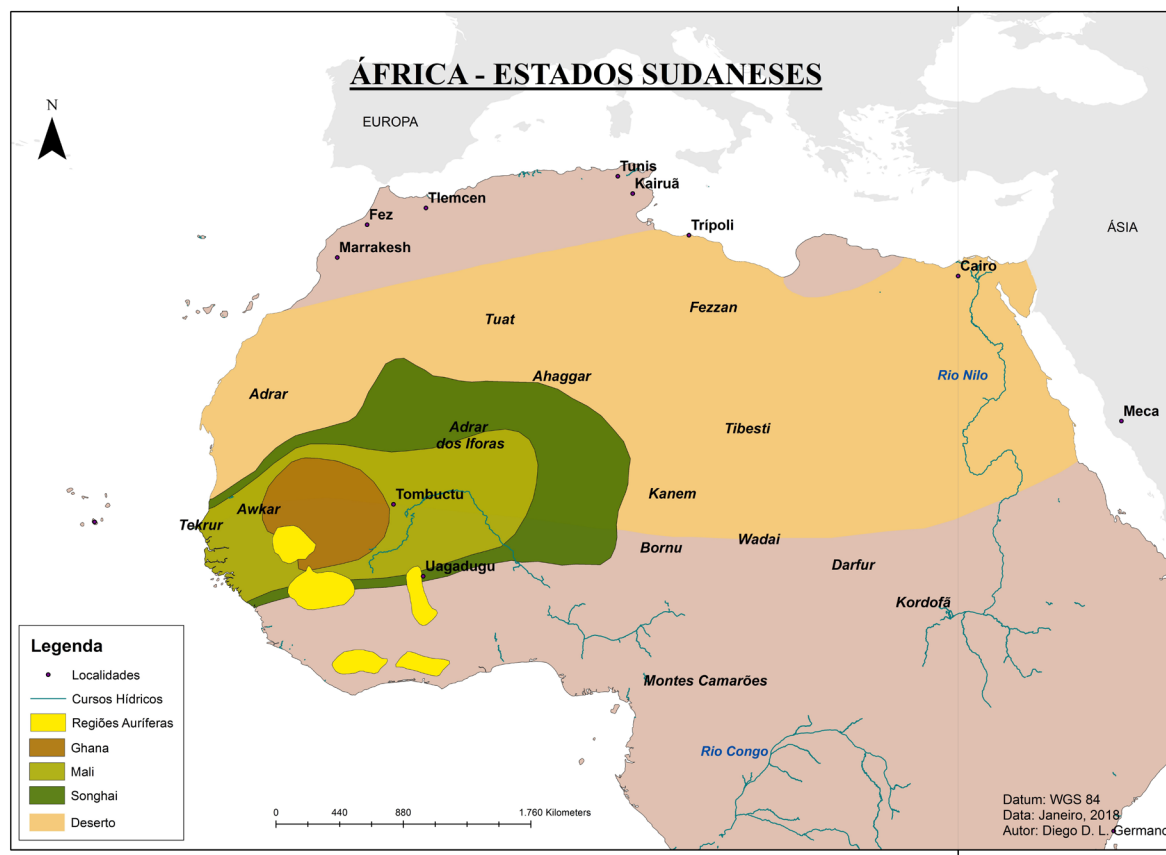
ROLAND, Oliver; FAGE, J. D. Breve história da África. Lisboa: Livraria Sá e Costa, 1980, p. 67-98. (Capítulos: “O Império Árabe em África” e “Norte da África e África Ocidental durante a grande Era do Islamismo”).

E. GRANDES IMPÉRIOS E POUCOS ESTADOS

Durante muito tempo, os europeus defenderam que as sociedades africanas não possuíam qualquer tipo de organização política. Nessa concepção, os africanos viviam em constante barbárie e convulsão. Desde a primeira metade do século XX, pesquisadores têm discutido sobre os formatos das estruturas políticas africanas, que se diferenciam das europeias, o que não significa que não tenham existido. Um grupo de antropólogos em torno de E. Evans-Pritchard e Meyer Fortes, nas décadas de 1930 e 1940, buscou mostrar que as sociedades africanas estavam organizadas em sistemas políticos diferenciados – algumas tinham estruturas políticas centralizadas e outras descentralizadas (EVANS-PRITCHARD; FORTES, 1981). Nas sociedades com estrutura política centralizada, o poder político estava concentrado nas mãos de um chefe, rei ou imperador, enquanto nas descentralizadas, grupos diferentes controlavam o poder, sem haver concentração. Um pouco mais tarde, Jean-Loup Amselle tentou enfatizar que havia uma linha tênue entre ambas as formas de organização do poder político nas sociedades africanas, uma vez que uma podia se confundir com a outra ou se transformar nela. Para isso, Amselle propôs a noção de cadeias de sociedades (englobantes e englobadas) que estiveram em relação uma com a outra, ou seja, uma não estava isolada da outra (M'BOKOLO, 2009).

A maioria das estruturas políticas que surgiram na área sudanesa, ao longo dos séculos IX e XVI estava ligada às dinâmicas comerciais do mundo muçulmano. Cada vez mais essas estruturas políticas foram diminuindo em quantidade e, por outro lado, aumentando em dimensões geográficas. Surgiram poucos reinos, embora esses tivessem grandes dimensões. No século XI, Al-Bakhri relatou que a região do Sudão era formada por vários reinos, cujo o mais importante chamava-se Ghana. O poderoso reino do Ghana estava localizado entre a fronteira sul dos atuais países Mauritânia e Mali. Ghana chegou a ser conhecido como o “país do ouro”. Por meio desse reino e de seus comerciantes, o ouro das minas de localidades mais ao sul (na região do atual país Gana), cruzava o deserto do Saara e chegava até a Europa.

Figura 7 - Africa – Estados Sudaneses



Fonte: Dhhermani, Diego - 2018.

Quatro séculos depois, os viajantes Al-Umari, Ibn batuta e Ibn Khaldun descreveram apenas o império do Mali e Kanen, bem como vários pequenos reinos a eles submetidos. Essa situação não mudou no século XV, porque o império do Songhai substituiu o Mali. O Songhai e o Mali enfrentaram o problema de, crescentemente, ter que controlar territórios mais extensos e diversos. Para citar um exemplo, o Ghana controlava apenas uma única unidade política, enquanto o Mali passou a administrar cerca de treze reinos menores. A política dos reis do Mali atraía mercadores, professores e diferentes profissionais, de modo que a cidade mais conhecida do Sudão Ocidental era Tombuctu, que possuía livros e bibliotecas, devido à presença de sábios e estudiosos.

No Ghana, Mali e Songhai havia regiões em que o soberano administrava diretamente as populações e outras em que o fazia por intermédio de chefes políticos de cada localidade. No primeiro caso, os filhos dos soberanos (ou alguém ligado a eles) conquistaram a região militarmente. No segundo, os chefes locais juravam fidelidade

ao soberano, e a pertença ao império acontecia mediante o pagamento de tributos e o fornecimento de soldados em caso de guerra. Os interesses dos soberanos em controlar diretamente todas regiões não chegaram a ser concretizados porque as ações e reações das populações os obrigavam a manter a intermediação na prática administrativa. Isso aconteceu com a maioria dos povos. Desse modo, procurou-se realizar um misto de repressão e de alianças com as chefias locais de diferentes povoações, como uma estratégia de administração política.

O Ghana manteve as práticas locais como símbolo religioso do reino. Os soberanos não se converteram ao Islã, mas ampliaram as relações comerciais com os muçulmanos e inseriram o seu reino em uma rede comercial que passava pelo Saara, Norte da África, Europa, Oriente Médio e Extremo oriente. Os soberanos do Mali e do Songhai tornaram-se muçulmanos, como estratégia política e comercial. Apesar do Ghana não se islamizar, havia diálogo com as regiões islamizadas e a presença de comerciantes muçulmanos no reino.

Além de serem conhecidos como destino de rotas comerciais, os reinos do Sudão Ocidental englobavam em suas fronteiras povos agricultores e mineradores. Toda a pompa dos soberanos se sustentava sobre os impostos pagos em produto e em trabalho dos habitantes das aldeias subordinadas. Nos territórios desses reinos, havia os soldados dos exércitos conquistadores, os carregadores do comércio de longa distância, as escravas comerciadas nas rotas para o norte do continente, entre outros grupos. Essas pessoas inventaram instrumentos e elaboraram tecnologias e sistemas de trabalho que contribuíram para o desenvolvimento da mineração e da produção agrícola.

Conforme vimos, o islamismo na África significou a ampliação de conexões com amplas áreas do mundo e estimulou o surgimento de uma série de práticas culturais. Foram historiadores, geógrafos e viajantes do mundo islâmico que produziram as primeiras fontes escritas sobre os reinos do Sudão Ocidental. E também esses estudiosos muçulmanos foram os que, em sua maioria, levaram notícias sobre o movimento das rotas de longa distância e sobre a vida nas cidades e aldeias africanas ao sul do Saara para além da África.

SUGESTÃO DE LEITURA:

SILVA, Alberto da Costa. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 239-306. (Capítulos: “Gana” e “Mali”)

F. O GRANDE ZIMBÁBUE

Através dos relatos de João de Barros (c.1552), Duarte Barbosa (1518), Frei João dos Santos (1609), O Grande Zimbábue foi visto através inúmeras invenções e narrativas fantasiosas, o que permitiu a ampliação dos trabalhos arqueológicos e atraiu aventureiros com interesse em fazer escavações ao longo do século XIX.

No século XIX, os europeus encontraram as ruínas do “Grande Zimbábue”. Um amuralhado de pedra localizado na parte leste do atual país de mesmo nome, e que faz fronteira com Moçambique. Alguns estudiosos afirmaram que Zimbábue significava “casa de pedra” (*dzimba dza mabwe*) ou “casa venerada” (*dzimba woye*), na língua shona. Cerâmicas do princípio da Idade do Ferro foram encontradas nos sítios arqueológicos, o que demonstra um certo uso contínuo de alguns artefatos. Foram encontrados esqueletos associados aos bosquímanos, bantos e mestiços de ambos os lados.

De acordo com Elikia M’Bokolo, o Grande Zimbábue existiu durante o período de maior prosperidade da região, entre os séculos XIII e XV, quando o reino importava ouro e cobre de outras regiões. Seu declínio ocorreu na segunda metade do século XV, quando as lideranças políticas começaram a migrar para o norte e em direção à costa. O reino não estava diretamente ligado ao circuito dos muçulmanos e, tampouco, seus soberanos se islamizaram. Praticava-se o culto ao Deus supremo, chamado Mwari. No entanto, o reino realizou o comércio de longa distância com os árabes nas regiões mais costeiras do oceano Índico. Estima-se que, no século XV, havia no reino uma população de cerca de 10 mil habitantes, composta por notáveis políticos, membros do reino e artesãos. Estruturalmente, o reino era dividido entre aldeias, a corte do rei e as cidades.

SUGESTÃO DE LEITURA:

M’BOKOLO, Elikia. Africa Negra: história e civilizações. Salvador: EDUFBA. São Paulo: Casa das Áfricas, 2009, p. 163-179.

ATIVIDADES:

1. Comente sobre o motivo que levou muitos pesquisadores a recusar a ideia de que o Egito antigo fazia parte do continente africano.

2. Disserte sobre como se deu a relação entre o Islã e as práticas religiosas locais na África.

ATIVIDADE PARA SER DISCUTIDA EM GRUPO:

3. Qual é a importância de entender que os primeiros hominídeos surgiram na África, ou seja, onde se deu a origem da humanidade?

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Muryatan S. Eurocentrismo, História e História da África. *Sankofa, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, n. 1, (jun. 2008), p. 46-63. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-01/eurocentrismo-historia-e-historia-da-africa>>. Acesso em: 17 dez. 2014.
- EL FASI, Mohammed; HRBEK, Ivan. (ed.) *História geral da África: do século VII ao XI*. Brasília: Unesco, 2010. v. III.
- EVANS-PRITCHARD, E. E.; FORTES, M. (Org.). *Sistemas políticos africanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- FARIAS, Paulo F. de Moraes. *Griots, louvação oral e noção de pessoa no Sael*. Casa das Áfricas. 2004.
- FIGUEIREDO, Fabio B. & COELHO, Marcos Dias. Módulo: História da África. Programa Cor da Bahia/ Curso de Formação para Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras, 2012. (manuscrito)
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra – I.*. Lisboa: Europa-América, 1991. v. I.
- LANGER, Johnni. Civilizações perdidas no Continente Negro: o imaginário arqueológico sobre a África. *Mneme: revista de humanidades*. 7, 14, 2005. Disponível em <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme14/143.pdf>>. Acesso em:
- LEAKEY, Richard. Uma família numerosa e A origem dos humanos modernos. *O surgimento da espécie humana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MACEDO, José Rivair; MARQUES, Roberta Porto. Os povos do antigo Mali vistos por Ibn Battuta. In: MACEDO, José Rivair (Org.). *Viajando pela África com Ibn Battuta: subsídio de pesquisa*. Disponível em: <<http://www.bhzdesign.com.br/clientes/ibnbattuta/pdfs/subsidios%20de%20pesquisa.pdf>>.
- M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Tomo I. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.
- NIANE, Djibril. T. (Ed.). *História geral da África: África do século XII ao século XVI*. África. Brasília: UNESCO, 2010. v. IV.
- OLIVER, Roland. *A experiência africana: da Pré-História aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- SILVA, Alberto da Costa. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 239-306.

HISTÓRIA DE UM CONTINENTE II

HISTÓRIA DE UM CONTINENTE II

A. ESCRAVIZADOS E ESCRAVIDÃO: UMA RELAÇÃO DINÂMICA

Geralmente, falamos de escravidão como uma categoria social universal e imutável, como se as práticas escravocratas nas diferentes sociedades africanas fossem idênticas às que existiram no Brasil. Antes de tudo, cabe mencionar que a escravidão está longe de ser exclusiva do continente africano. Durante séculos, a escravidão existiu na Europa, Ásia, América e África. O comércio de escravizados africanos para outros continentes apenas substituiu formas de escravidão já existentes durante um tempo na Ásia, na Europa e em torno do Mediterrâneo.

ESCRavidÃO AFRICANA

A maioria dos povos africanos tinha sua organização social baseada na relação de parentesco, podendo ser matrilinear ou patrilinear. A primeira significa que o eixo mais importante da família é o feminino, enquanto na segunda, é o masculino. As relações de parentesco estavam ligadas pela consanguinidade (descendência biológica) ou afinidade (relação de matrimônio ou de qualquer outra proximidade). Essas sociedades eram divididas e hierarquizadas a partir da idade e do sexo, em que a presença da gerontocracia era comum, mas sempre em torno dos parentes consanguíneos ou por afinidade. Independentemente da relação de parentesco, a manutenção dessas sociedades dependia da fertilidade das mulheres e do produto do trabalho dos diferentes indivíduos. A existência de escravidão não alterava a base essencial de sua formação social. A presença do escravizado estava relacionada à perspectiva do aumento de poder. Quanto maior era o número de dependentes de uma pessoa, maior era seu poder. Geralmente, os escravizados não tinham relação de parentesco, contudo, as pessoas os possuíam juntamente com outros tipos de dependentes (parentes ou não). Em algumas localidades, o escravizado podia ser, depois de algum tempo, incorporado na linhagem a que estava subordinado.

Existiam várias formas de adquirir escravizados ou de escravizar alguém. Algumas dessas formas eram a captura por guerra, rapto, penhora, indenização, “autopeido”, condenação criminal, entre outros. Em caso de penhora, a pessoa escravizada

matinha relações com sua linhagem, embora estivesse em situação de subjugação em função do débito contraído por alguém de sua família. A expectativa consistia em realizar o pagamento com o tempo de trabalho do penhor humano. Outra forma de escravização interessante a ser mencionada é o autopedido. O autopedido era a escravidão solicitada pelo próprio escravizado para assegurar sua sobrevivência ou conseguir alguma proteção. Essa forma de escravização ocorria em períodos de desastres ecológicos, secas e outros fatores biológicos (como pestes, epidemias que afetavam a produção agrícola e causavam a escassez de alimentos). Em geral, as pessoas se entregavam como escravo a linhagens mais poderosas e ricas.

A ideia de escravo podia ser atribuída a quase todas as formas de sujeição de uma pessoa a outrem. Segundo o historiador José Capela, para entender essas formas de escravidão, é importante compreender o conceito de pessoa nas sociedades africanas (CAPELA, 2002). A ideia de pessoa não se reduzia à individualidade ou a unidade. A pessoa estava vinculada à sua linhagem e o indivíduo era menos importante do que o coletivo. As relações criminoso-vítima, devedor-credor, escravo-senhor não chegavam a ser estruturais e individualizantes, constituíam-se em uma realização coletiva. Desse modo, os conflitos entre duas pessoas de linhagens diferentes podiam gerar disputas entre dois grupos e gerar escravização ou dependência. Uma pessoa escravizada podia ser retirado do seu eixo familiar e ser inserido em outra linhagem.

ESCRavidÃO NO MUNDO Islâmico

A escravidão existente no continente africano não esteve isolada de outras formas de escravidão. No norte, na costa oriental e na área sudanesa do continente africano, a escravidão ligada ao parentesco convivia com outra forma de escravidão – a existente no mundo islâmico.

Para o antropólogo Meillassoux (1995), ainda que a relação de parentesco fosse constantemente manipulada, seus efeitos não eram em torno do dinheiro. Somente quando os bens entraram nos circuitos comerciais externos à comunidade e foram produzidos para troca é que estes passaram a adquirir um valor intrínseco. Esse cenário já era recorrente nessa região do continente africano, onde havia escravidão com ênfase no parentesco e na dependência pessoal integrada a uma ampla rede de escravidão internacional. Com a expansão muçulmana, a partir do século VII, pessoas

escravizadas foram exportadas da África para o Oriente Próximo e Ásia, entre outras localidades. O mundo islâmico foi um importante eixo de influência externa na economia política da África até 1450.

A perspectiva de escravização estava ligada ao processo de islamização. A escravização era justificada com base na religião. O indivíduo que não havia aceitado o islã por vontade própria deveria ser excluído fisicamente (levado à morte) ou submetido à escravidão, como forma de purificação da humanidade. Desse modo, a escravização servia como um processo de conversão, de uma religião que era considerada como a mensageira da palavra de Deus a todos os povos e pessoas. A tradição escravista no mundo muçulmano era interpretada de acordo com a religião islâmica.

Os escravizados exerciam funções nos serviços militar, administrativo e doméstico. Inicialmente, os escravizados no mundo islâmico eram prisioneiros não muçulmanos capturados nas *Jihads*⁴. Havia escravizados da Europa Ocidental, das estepes da Rússia, da África, dentre outros locais. A necessidade de importação contínua para manter a população escrava tornou a África subsaariana uma importante fonte de escravizados para o mundo islâmico. O processo de escravização ocorria mediante as guerras locais, criminosos condenados, sequestros, dívidas, tal como já funcionava no continente. Os escravizados eram transportados em pequenos grupos pelo Mar Vermelho, da costa oriental africana e do deserto do Saara.

As mulheres e crianças eram a preferência para a escravidão tanto na África quanto em todo o mundo islâmico. Os meninos eram treinados para o serviço militar ou doméstico. As mulheres mais bonitas seguiam para os haréns. As mulheres menos atraentes e os homens adultos eram direcionados aos trabalhos mais baixos, tais como agricultura, minas de sal e carregamento. Com a influência do islã, o uso do escravizado no exército e na burocracia foi difundido em parte da África subsaariana. Contudo, um sistema econômico plenamente baseado no trabalho de pessoas escravizadas não apareceu na maior parte do mundo islâmico até 1400.

ESCRavidÃO ATLÂNTICA

Alguns historiadores têm discutido sobre a importância do tráfico Atlântico de escravizados para a escravidão no continente africano entre os séculos XV e XIX.

⁴ Considerava-se a *Jihad* o esforço para dar o melhor de sua própria capacidade. Diferentemente do que muitas pessoas acreditam, a *Jihad* não consiste em “guerra santa”, nome atribuído pelos europeus durante os conflitos religiosos na Idade Média.

Para o historiador Lovejoy (2002), o crescimento e a expansão do tráfico europeu de escravos através do oceano Atlântico teve um impacto decisivo no desenvolvimento da escravidão na África. Lovejoy defende que o efeito do tráfico de escravizados foi alterar ainda mais as formas locais de escravidão, que deixaram de estar ligadas às relações de dependência pessoal para se tornarem o principal produto das economias internacionais. Nessa discussão, Thornton (2004) contestou essa posição ao afirmar que o crescimento da escravidão e o seu desenvolvimento foi muito independente do comércio Atlântico, de modo que o tráfico de escravizados resultou da escravidão já existente na África. Um pouco mais flexível é a análise de José Capela, que observaram que a escravidão na costa oriental da África passou a ser uma junção de formas escravocratas locais e de novas exigências externas propiciadas por um comércio crescente. Várias formas de relações escravocratas coexistiram ao longo dos séculos, sem que deixassem de se transformar e de ter peculiaridades.

O comércio de escravizados cresceu, gradualmente, nos primeiros 150 anos do comércio Atlântico. Após 1600, o comércio aumentou em uma escala que superpôs todas as exportações anteriores. O crescimento do mercado exportador não ocorreu sem a intensificação da violência, com a ampliação de rivalidades entre chefes e reinos africanos. Em muitas regiões, a economia local tornou-se dependente das exportações. De todo modo, não resta dúvida que o tráfico europeu de escravizados e a institucionalização da escravidão no mundo muçulmano contribuíram para a expansão do sistema escravocrata na África.

No comércio europeu, a escravidão dinamizava a economia. A pessoa escravizada era apenas uma mercadoria. O vínculo linhageiro não importava e, muito menos, sua conversão religiosa. A pessoa escravizada passou a ser individualizado e sua força de trabalho era o que mais importava. A linhagem e a relação de pertença familiar pouco importava ao grande comércio de pessoas. O interesse pela mão de obra atraía a escravização de homens, enquanto as mulheres e as crianças tinham pouco espaço para a escravidão ligada ao Atlântico. A partir do tráfico de escravizados no Atlântico, a concepção racial passou a fazer parte do imaginário europeu em relação à escravidão. Escravizado tornava-se sinônimo de negro. A escravidão apresentava uma característica, cada vez mais, racializada.

Apesar dessas transformações ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, é possível perceber que muitos escravos-mercadoria foram levados para as Américas. Toda essa

lógica escravocrata ligada ao comércio Atlântico existia nas cidades portuárias e nos locais onde havia um fluxo de exportação de pessoas escravizadas na costa africana. No entanto, as relações linhageiras e a lógica do negócio muçulmano de escravizados mantiveram-se presentes em muitas localidades, mesmo nessas áreas de embarque de escravizados para o Atlântico. A falta de interesse pelas mulheres, crianças e pessoas mais velhas reforçava as relações sociais baseadas na dependência, sobretudo, àquelas ligadas ao parentesco. Por um lado, havia a escravidão voltada para o contexto de dependência, com a presença de pessoas escravizadas que eram absorvidos na linhagem para complementar e fortalecer o grupo familiar, passando a fazer parte do corpo social ou sendo reintegrados a um grupo. Por outro, encontrava-se o indivíduo que se tornara mercadoria e propriedade plena de outrem. Essas formas de escravização e escravidão variavam de acordo com circunstâncias e conjunturas específicas.

DICA DE DOCUMENTÁRIO:

TRÁFICO DE ESCRAVOS. Produção da BBC.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j-3nRPEj_Qs>. Acesso em: 17 dez. 2014.

(O vídeo completo está dividido em partes)

SUGESTÃO DE LEITURA:

MEILLASSOUX, Claude. Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

B. O TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS

A África forneceu pessoas escravizadas para vários lugares do mundo, por vários séculos. Como já foi mencionado, cerca de 12 milhões de pessoas foram levadas para América entre os séculos XVI e XIX. Dessa quantidade, acredita-se que aproximadamente três milhões de pessoas vieram somente para o Brasil, ou seja, 40% do total trazido para o continente americano. O comércio de escravizados transatlântico conectou o Brasil e a África, com a veiculação de saberes, conhecimentos e práticas culturais. Apesar desse espaço de conectividade e proximidade, pessoas foram escravizadas e levadas para áreas distantes. Pessoas foram retiradas de suas povoações, li-

nhagens e práticas socioeconômicas. Diferentemente do que muitos acreditam, os europeus estiveram nas áreas costeiras do continente africano para realizar o lucrativo comércio. O desenvolvimento do comércio externo permitiu o surgimento de redes de comércio interno de escravizados controladas por negociantes, chefes locais, entre outros agentes africanos. Quanto aos agentes externos, inicialmente, os europeus foram os principais envolvidos no tráfico. No século XVIII, era possível encontrar também brasileiros, que enriqueciam ou ampliavam suas riquezas com o comércio de escravizados.

Diante disso, há sempre uma pergunta sobre os envolvidos no tráfico Atlântico de escravizados: os próprios africanos se escravizavam? Primeiramente, é importante lembrarmos que a África é um continente composto por vários povos e culturas diferentes. Naquela época, a identidade africana não era reivindicada, como podemos observar hoje. Os diferentes povos percebiam-se a partir de suas identidades étnicas e linguísticas. A multiplicidade de povos e culturas fazia com que as diferenças e as fronteiras étnicas existissem. Cabe lembrar que as formas identitárias e de pertencimento seguiram formatos diferentes, de modo que um ioruba não se identificava com um ibo ou um haussá no território geográfico que atualmente conhecemos como Nigéria.

A dinâmica do tráfico de escravizados a partir dos séculos XV e XVI gerou debates polêmicos entre os historiadores. Walter Rodney foi o primeiro e mais polêmico nessa discussão. Rodney defendeu que a Europa subdesenvolveu a África através do comércio de escravizados. Outro historiador, chamado John Fage, contestou essa posição, alegando que a escravidão e o comércio de escravizados eram disseminados e inatos ao continente africano, que os europeus entraram em um comércio já existente. Em concordância com Fage, David Eltis destacou que, além da existência anterior do comércio de escravizados, os africanos responderam ao aumento da demanda com o fornecimento de mais pessoas escravizadas. Atualmente, Lovejoy (2002) resgata parte da discussão de Walter Rodney e afirma que o comércio de escravizados expandiu o número de escravizados a ser exportado, e que a procura influenciou a oferta.

Figura 8 - As rotas do tráfico de escravizados



Fonte: Dhhermani, Diego - 2018.

Como vimos, antes do século XVI, a pessoa escravizada fazia parte de um comércio de sal e ouro a partir da savana setentrional, na Etiópia e na costa oriental da África, para o mundo muçulmano (sobretudo para o norte da África e Oriente Médio). O comércio de escravizados era realizado pelo deserto do Saara, Mar Vermelho e oceano Índico. Entre os séculos XV e XVI, os europeus passaram a comercializar escravizados africanos no Atlântico e no Índico, quando começaram a comprar e vender pessoas escravizadas de diferentes lugares da costa africana. O comércio de escravizados para as Américas foi organizado em um sistema orquestrado, sobretudo, pelos europeus. Um gigante e frutuoso comércio mobilizado pelos europeus e americanos não poupou nenhuma região da África. Durante os séculos XVI e XVIII, o comércio transatlântico foi responsável por cerca de 70% das exportações de escravizados da África. Ao longo de toda a costa ocidental havia importantes áreas de “fontes de escravos”, tais como o eixo Congo-Angola (África Centro-ocidental), Costa dos Escravos (o Golfo do Benin), Costa do Ouro, Baía do Biafra e Senegâmbia. A região

Centro-ocidental exportou o maior número de escravizados, desde o século XVI até quase o final do XIX. A Senegâmbia exportou a menor quantidade de escravizados para o Atlântico. O século XVIII foi o período de maior exportação de pessoas escravizadas, cujo aumento afetou todas as regiões. Desde o século anterior, os preços dos escravizados já haviam subido quatro ou cinco vezes e a oferta chegou a dobrar.

O crescimento vertiginoso do tráfico de escravizados no Atlântico não suprimiu outras correntes de comércio, como por meio do deserto do Saara, Mar Vermelho e oceano Índico. Entre os séculos XVI e XIX, essas regiões representaram cerca de 30% das pessoas escravizadas traficadas do continente. Muitos dos comerciantes nativos aliam-se pela religião comum, que facilitava e beneficiava o gerenciamento do comércio. Esses eram conhecidos em suas respectivas localidades por diulas, jelaba, suaíli, beribéri, jabarti. Já na costa oriental do continente africano havia o comércio muçulmano de escravizados que, depois, contou com a presença dos europeus. A dinâmica comercial dos swahili esbarrou, em determinados momentos, com as iniciativas europeias. Foi somente no final do século XVIII que o comércio de escravizados no oceano Índico envolveu-se com o tráfico de escravizados para as Américas. A maioria dos escravizados provenientes da costa oriental que chegou às Américas veio da costa de Moçambique.

SUGESTÃO DE LEITURA:

LOVEJOY, Paul. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

C. FIM DO TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS E OCUPAÇÃO COLONIAL

No início do século XIX, o tráfico de escravos havia alcançado proporções gigantescas em todo o continente. Os escravizados se tornaram mais comuns onde o comércio exportador era mais importante. A partir de 1807, a Grã-Bretanha passou a pressionar as demais potências europeias para abolir o tráfico de escravizados. Curiosamente, a Grã-Bretanha que chegou a ser a principal interessada no tráfico de escravizados, em pouco anos, se colocou como a principal opositora. Mesmo com a pressão inglesa, o comércio através do Atlântico permaneceu até a abolição do tráfico de escravizados no Brasil (1850) e, posteriormente Cuba (1868).

O fim do tráfico de escravizados marcou um momento de mudança nas relações entre África e Europa. A pressão inglesa para abolir o tráfico de escravizados foi resultado da Revolução Industrial e da perspectiva humanista cristã crescente na Inglaterra⁵. Ao longo do século XIX, o poder naval inglês foi usado para conter o tráfico de escravizados. O fim do comércio de escravizados abriu caminhos para um futuro de novas relações comerciais entre ambos os continentes. Os europeus já comercializavam outras mercadorias com os africanos, as quais aumentaram com a industrialização da Europa. Diante dessa proibição, o negócio de escravos passou a ser considerado de comércio ilegítimo, enquanto as trocas de outras mercadorias passaram a ser conhecidas como comércio legítimo. Para termos uma ideia, os antigos mercados de escravizados da Senegâmbia ao Delta do Níger tornaram-se centros comerciais onde europeus compravam produtos dos africanos, sobretudo matérias-primas. Os europeus continuaram a fornecer aos africanos produtos manufaturados e recebiam deles produtos como óleo de palma, amendoim, madeira, marfim, ouro e penas de avestruz. O óleo de palma do Delta do Níger passou a ser o principal produto da África Ocidental, cuja grande procura estava relacionada ao seu uso para lubrificar as máquinas das crescentes indústrias europeias e para fazer sabão nas fábricas inglesas. Isso fez surgir um novo grupo de comerciantes no continente africano.

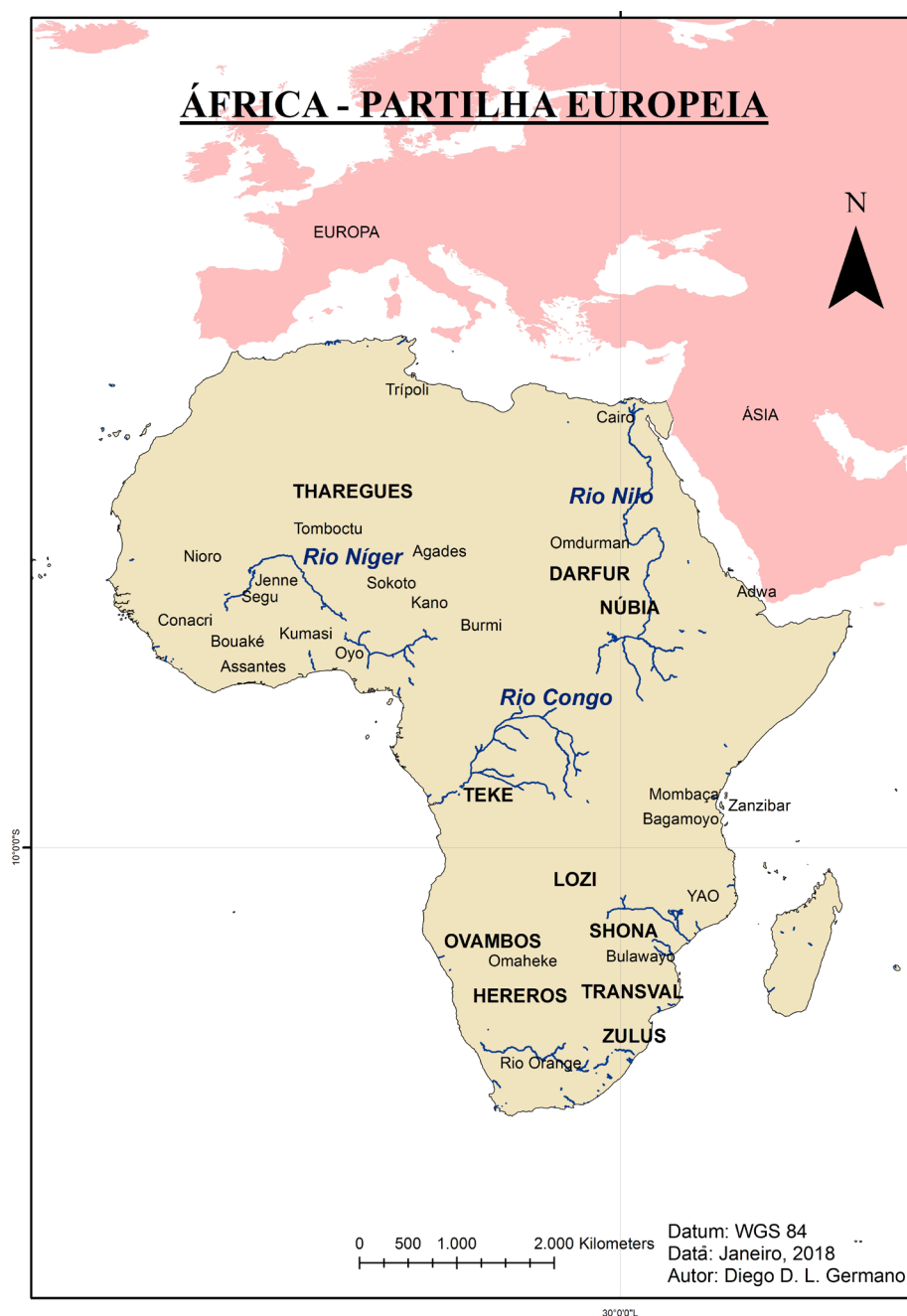
Além desses negociantes, as atividades dos missionários europeus na África foram um elemento importante para a ampliação das relações entre ambos os continentes. Vários missionários europeus percorreram áreas do interior do continente africano com a justificativa de pôr fim à escravidão. Esses missionários percorreram parte do interior do continente africano pelos rios. Propagava-se a ideia de que o cristianismo libertaria os africanos da escravidão exercida pelos muçulmanos. A história dos corajosos desbravadores da misteriosa África em sua missão humanitária ganhava aceitação popular na Europa. O explorador e missionário David Livingstone, em suas viagens pela África oriental, foi o mais conhecido deles.

Eram grupos privados de europeus que se interessavam no comércio e na ação missionário na África. Em poucos lugares havia a presença de soberania europeia, tal como aconteceu com a França, que invadiu a Argélia em 1830 e tentou impor seu domínio. Os interesses dos europeus eram autônomos do poder político de suas

5 O humanismo cristão era um princípio filosófico que defendia a liberdade e o individualismo como condições naturais dos seres humanos.

nações, de modo que faziam acordo com chefes locais sem qualquer intervenção do Estado. Tudo isso permitiu abrir uma nova agenda de interesses futuros dos europeus em relação à África. As expedições de missionários, viajantes e comerciantes resultaram em conhecimento sobre o continente, com mapeamento de riquezas e de formas de acesso ao território africano. Naquele momento, a diplomacia europeia pouco se interessava pelos assuntos relacionados à África.

Figura 9 - África – Partilha Europeia (mapa antes da partilha da África)



Fonte: Dhermani, Diego - 2018.

A partir da segunda metade do século XIX, as relações entre África e Europa seguiram novos rumos. A descoberta de diamante no Transvaal (em 1867) e ouro no Rand (em 1881), ambos na África do Sul, interessou aos imigrantes com espírito aventureiro para fazer fortunas fabulosas. A experiência mais emblemática na época foi a de Barnett Issacs, um pequeno vendedor que se tornou um dos magnatas do diamante. Naqueles anos, a Europa passava por ruim conjuntura econômica, com tendência para a estagnação, baixa de preços dos produtos industrializados, menor remuneração dos capitais investidos e baixa contratação dos mercados internos. Apesar disso, o apelo em adquirir colônias africanas ainda não estava na pauta, mas passou a se tornar um tímido incentivo. Com o aumento do interesse dos europeus pelo continente africano, os comerciantes passaram a pedir interferência e apoio do Estado.

A primeira iniciativa foi pronunciada por Leopoldo II, rei da Bélgica, que desejava inserir a recém-criada Bélgica no cenário internacional e tomar para si os futuros negócios na bacia do Congo. Leopoldo II convocou a famosa Conferência Geográfica de Bruxelas, em 1876. Durante a conferência, havia a presença de exploradores e intelectuais de vários países europeus, os quais acordaram em criar a Associação Internacional Africana e iniciar a exploração do rio Congo como área de livre comércio. Nessa movimentação, houve uma inquietação na diplomacia portuguesa, que invocou direitos históricos à embocadura do Congo, alegando que a região foi encontrada por seus navegadores no século XV. Sem forças políticas de impor sozinho as suas pretensões, Portugal aproximou-se da Inglaterra para conseguir o reconhecimento de sua soberania sobre área pretendida, próxima ao rio Congo. Segundo Uzoigwe (2010), a corrida começou, tanto para o rei Leopoldo quanto para os portugueses, em 1876.

As informações sobre as investidas econômicas dos ingleses na África do Sul e a habilidade política de Leopoldo II espalharam-se pela Europa. O governo francês se mobilizou para estender sua soberania nacional no Egito, Congo, Tunísia e Madagascar. As posturas da França e de Portugal obrigaram a Inglaterra e a Alemanha a se interessar pela corrida pelo controle da África.

Para salvaguardar o império da recém-unificada Alemanha, o chanceler alemão Bismark convocou uma conferência internacional para resolver as tensões surgidas entre nações europeias, a famosa Conferência de Berlim (1884-85). Nessa reunião, resoluções chegaram a ser aprovadas sobre a livre navegação nos rios Niger e Benue, e

seus afluentes; sobre o reconhecimento do Estado Livre do Congo e sobre o estabelecimento de regras para as futuras ocupações territoriais no continente. Dessas regras, as mais importantes foram as relacionadas às doutrinas das *esferas de influência* e de *ocupação efetiva*. A esfera de influência significava que cada nação deveria informar sua área de interesse às demais potências para que ela fosse reconhecida entre elas. A doutrina de ocupação efetiva determinava que a mesma nação deveria provar que tinha condições militares de impor sua autoridade na região desejada.

Vários acordos foram realizados para o processo de ocupação do território africano, durante os anos de 1885 a 1902. Esses acordos não ocorreram somente entre os europeus, mas também entre europeus e africanos. A partilha da África consistiu em um processo de acordos, negociações e conflitos. Enquanto os tratados entre os europeus procederam de forma negociada, os acordos entre europeus e africanos foram estabelecidos de maneira mais complexa. Muitos chefes africanos resistiram contra a presença colonial, outros negociaram com o intuito de se fortalecer e de obter proteção contra inimigos africanos ou europeus. A maioria desses chefes africanos não sabia que o interesse dos europeus era tirar sua soberania e mantê-los submissos ao domínio colonial estrangeiro. A resistência ao processo de ocupação colonial existiu em todas as regiões e povos. Vários povos com o poder centralizado e descentralizado resistiram. Alguns grupos apegavam aos seus deuses e ancestrais para enfrentar o inimigo estrangeiro, portadores de armas modernas. Outros tentaram usar armas europeias e um exército guerreiro para fazer frente a essa invasão. Uma das estratégias dos europeus era tentar negociar com alguns povos menores, como estratégia de enfraquecimento dos reinos maiores e mais poderosos. Podemos citar o exemplo do reino de Gaza, em Moçambique: os portugueses procuraram se aproximar de vários chefes inimigos do rei de Gaza para ganhar força e apoio local, como forma de enfrentar o maior reino do sul do rio Save.

Figura 10 - Mapa após a partilha



Fonte: Dhermani, Diego - 2018.

Os europeus conseguiram ocupar o continente africano somente no final do século XIX devido aos seguintes fatores: desenvolvimento técnico e científico da Europa, com o profilático de quinino usado contra a malária; o desenvolvimento do telégrafo como meio de comunicação; a superioridade bélica; o momento de

equilíbrio pelo qual passava a Europa, ao passo que os povos africanos vivenciavam instabilidades políticas; o conhecimento que os missionários e exploradores tiveram do continente ao longo do século XIX, mapeando suas riquezas e formas de acesso.

No início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as potências europeias já tinham dividido a maior parte do continente, com exceção da Libéria e da Etiópia. Ambas não chegaram a ser áreas coloniais das nações europeias. Os mais ativos foram os franceses, que conquistaram a maior extensão do território. Já a Inglaterra ocupou as áreas mais ricas do continente, tal como o Transvaal, na África do Sul, rico em diamante e ouro.

A partilha e a corrida para ocupação da África permitiram que a geração de 1880 a 1914 assistisse à repartição, entre as nações europeias, de quase todo um continente com cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados. A África tornava-se o último continente a ser subjugado pela Europa. Em um período de menos de um século, os interesses dos europeus passaram da compra de escravizados e de outros produtos à tentativa de controle e de domínio de todo o território africano.

DICA DE OBRA LITERÁRIA:

ACHEBE, Chinua. O mundo se despedaça. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SUGESTÃO DE LEITURA:

UZOIGWE, Godfrey N. A Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. BOAHEN, A. Adu. (Coord.) História geral da África: África sob dominação colonial 1800-1935. Brasília: Unesco, 2010. v. VII.

M'BOKOLO, Elikia. Conquistas europeias e resistências africanas ca. 1880 – ca. 1910. África negra: história e civilizações. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das África, 2011. p 329-416.

D. COLONIALISMO E INDEPENDÊNCIAS

É comum associarmos a colonização brasileira com a ocorrida na África. Em muitos momentos, cometemos erros ao fazer essa associação. O Brasil foi colonizado entre os séculos XVI e XIX. Em contrapartida, o continente africano não foi colonizado antes do século XIX. Essa confusão ocorre devido à existência do tráfico eu-

ropeu de escravizados. Ao longo do comércio Atlântico de escravizados, os europeus estiveram na costa do continente africano, com exceção da região do rio Zambeze, em Moçambique. Até o final do século XIX, podemos dizer que Luanda e Ilha de Moçambique, entre outras áreas pontuais, já sentiam a presença dos europeus e de suas instituições. No entanto, a maior parte do território costeiro e, sobretudo, do interior não conhecia o domínio europeu. Uma das perguntas mais frequentes é: por que os europeus se interessaram em colonizar o continente africano somente no final do século XIX? O historiador Godfrey Uzoigwe responde a essa pergunta ao afirmar que “os interesses econômicos motivaram a partilha da África, contudo, interesses políticos dos europeus e as resistências africanas contribuíram para precipitar a conquista militar efetiva” (UZOIGWE, 2010, p. 50).

É difícil escrever sobre o colonialismo em África em poucas linhas. O primeiro motivo é a vasta extensão territorial. O segundo consiste na multiplicidade de povos e de grupos identitários que tiveram ações diversas e peculiares. O terceiro consiste na dificuldade de entender o colonialismo sem perceber as ações, não somente dos europeus, mas também dos africanos, cuja interação nos permite compreender como funcionou o mundo colonial em África. Nas tentativas de refletir sobre a experiência colonial, há um desacordo entre os historiadores sobre esse período. Uns acreditam que foi um simples episódio do fluxo contínuo da história africana, como qualquer outro processo histórico. Outros alegam que o colonialismo destruiu antigas tradições, que existiam desde o tráfico.

Logo após a conquista e ocupação, o continente foi envolvido em uma rede administrativa, o que podemos chamar de processo de burocratização do Estado Colonial. O colonialismo europeu estava sendo organizado pelas nações europeias, de acordo com as possibilidades de cada região. O colonialismo não foi uniforme e homogêneo, embora algumas ideias e crenças tenham sido bastante comuns.

Colonialismo significa exploração territorial, perda de soberania das populações locais e criação de uma infraestrutura burocrática para o exercício da exploração de um grupo sobre o outro. Foi nesse momento da história africana que muitos povos passavam a ser colonizados e submetidos ao poder dos europeus. Betts (1991) mencionou que, apesar da diversidade das políticas e práticas colonialistas, houve situações e posturas que chegaram a ser comuns em todas as regiões. Uma delas foi a

chamada *política indígena*.⁶ A política indígena consistiu na identificação do “outro” (o colonizado) de forma inferiorizada, para a implementação das políticas colonialistas. O colonialismo consolidou o imaginário racialista, que percebia os africanos como inferiores, bárbaros, selvagens, preguiçosos e fetichistas. A partir dessa concepção, criaram-se políticas direcionadas a esse “outro”. Políticas que visavam obrigar os africanos a vender sua força de trabalho ao europeu, com a justificativa de serem preguiçosos. Políticas que determinavam os piores acessos ou as maiores exclusões aos colonizados em prol dos europeus, cuja retórica era a atitude “filantrópica” dos portadores de civilização. Defendia-se que os europeus estavam levando civilização para os bárbaros africanos e, para isso, tornava-se necessário implementar políticas para os colonizados. Em suma, os colonizados deveriam se sujeitar ao domínio das nações europeias!

Alguns pesquisadores separaram as políticas colonialistas em administração direta e administração indireta. A ideia principal era que a França teria desenvolvido um governo direto nas suas áreas coloniais e a Inglaterra se comportou de forma mais indireta com as populações africanas. Na administração direta, o governo colonial europeu gerenciava suas colônias sem qualquer intermediação das chefias ou poderes africanos locais, ou seja, os próprios europeus faziam o recrutamento, o recenseamento e a coleta de impostos, entre outras atividades administrativas. No caso da administração indireta, tudo isso só era possível através da presença dos poderes locais. Essa divisão dos formatos administrativos fazia mais parte das teorias colonialistas dos administradores e intelectuais europeus do que de uma prática efetiva. Sem dúvida, as duas formas administrativas existiram em todo o continente africano. Contudo, perceber as formas de administração colonial somente a partir das teorias dos europeus é anular as ações e reações dos africanos. Apesar do frequente uso da força por parte das nações colonizadoras, tornava-se necessário adaptá-las ao meio a ser colonizado. Isso obrigou as nações colonizadoras a adaptar a política colonial de acordo com as estruturas políticas já existentes.

As práticas colonialistas não foram baseadas, simplesmente, nas teorias ou filosofias colonialistas de cada nação europeia. Elas foram um misto de erros e ajustes,

6 O termo indígena servia para designar quase todos nativos. Os mestiços e letrados, dificilmente, eram considerados com tal. O termo indígena era atribuído aos africanos que estavam ligados aos seus costumes, práticas econômicas e políticas, entre outros. O indígena era considerado o indivíduo inferior e selvagem por excelência, a quem os europeus deveriam levar a civilização.

cujo objetivo era explorar o território e a mão de obra das povoações africanas. Afinal, os europeus seriam tão especiais que, sem conhecer um território, seus habitantes, suas línguas, sua geografia, conseguiriam controlar e dominar as pessoas? Ou seriam os africanos seres humanos tão pacíficos e inocentes que seriam submetidos ao poder estrangeiro sem qualquer atitude? Em cada colônia foi aplicada uma forma administrativa que necessitou ser adaptada de acordo com as diferenças regionais. Em nenhuma colônia foi possível utilizar apenas uma forma administrativa. É importante pensar que, mesmo em situação de colonização, as ações dos africanos alteraram determinados planos dos europeus em suas práticas cotidianas colonialistas. Sabe-se que, em uma mesma colônia, havia administração direta e indireta, uma vez que a primeira encontrou muitas dificuldades de ser implantada nas áreas distantes dos centros urbanos e políticos coloniais.

De forma geral, os objetivos e métodos mais utilizados foram manter a ordem, evitar despesas excessivas e obter uma reserva de mão de obra. Manter a ordem significava impor o domínio e não realizar confrontos. Vale ressaltar que manter a ordem não simbolizava a ausência de violência. Como mencionou Mabeko-Tali (ano), o mundo colonial só existiu diante da violência contra o colonizado, que foi expropriado de suas terras, de sua cultura e de suas formas de trabalho. A violência física e moral esteve presente em todas as formas de administração, independentemente das peculiaridades regionais. A violência podia ser exercida mesmo quando se buscava evitar o confronto? O objetivo comum era seguir esses três métodos em conjunto, de modo que um não anulasse o outro. Para isso, a violência foi fundamental.

Seria possível manter a ordem sem ter gastos? Sem realizar conflitos, quem iria recrutar mão de obra e coletar impostos para o mundo colonial? A estratégia principal foi a aproximação das chefias africanas, que deveriam se tornar correia de transmissão entre o mundo colonial e sua povoação. Seria mais fácil o recrutamento de mão de obra a partir de alguém que tivesse legitimidade e poder local. Várias chefias desejaram uma aproximação com as administrações coloniais. No entanto, esses agentes africanos não deixaram de sofrer violência colonial cotidiana, de modo que uma das formas de sobrevivência pessoal (ou de sua comunidade) foi estabelecer um relativo diálogo ou acordo com os colonizadores. Cabe perceber algumas nuances no seio dessas relações, que estavam baseadas em conflitos e negociações. Por um lado, mui-

tos desses chefes africanos foram recusados pela sua própria comunidade, que não admitia esse diálogo. Por outro, alguns chefes não chegaram a ter essa aproximação e foram resistentes às políticas do poder colonial. Diante dessa necessidade colonial, os poderes africanos se comportaram de forma diversificada, cujas consequências ocorreram de acordo com as escolhas de cada indivíduo. A violência não deixou de ser exercida em nenhum momento!

Os mecanismos de controle mais comuns foram a organização do sistema judiciário, a cobrança de impostos e o uso do trabalho forçado. Criou-se todo um sistema legislativo voltado para justificar a exploração do território e da força de trabalho dos africanos. Surgiram leis específicas para os africanos. Estudos mais recentes mostram que, apesar das obrigações e sanções violentas, muitos colonizados burlavam parte dos sistemas jurídicos a seu favor. Ainda que tivessem que oferecer sua força de trabalho, algumas pessoas evitavam ser julgadas pelos tribunais coloniais, de modo que a maioria dos Estados coloniais tiveram que mudar as estratégias. Os Estados coloniais francês, inglês e português, por exemplo, com o tempo, buscaram adaptar ou organizar tribunais que atendessem às “necessidades” dos colonizados, sem fugir aos interesses colonialistas.

O uso do trabalho forçado foi muito comum em várias áreas coloniais, independentemente da nação colonizadora. Como afirmou o historiador Cooper (2007), esse mecanismo de controle ligado ao uso do trabalho era “análogo à escravidão”. Em muitas regiões, o uso da mão de obra forçada foi muito frequente no início do colonialismo, entre o final do século XIX e o início do XX. Pessoas foram recrutadas para carregamento, construção de estradas e outros trabalhos pesados, sem qualquer remuneração ou a custo mínimo. Na colônia alemã, atual Namíbia, havia formas bastante opressivas de regulamentação de trabalho, tais como o controle do trânsito dos africanos através de salvo-condutos e de cédulas de identidade e a existência de leis sobre a “vadiagem”, pelas quais se castigava quem não tivesse um contrato de trabalho. Nas leis sobre vadiagem e trânsito de pessoas, os contraventores ficavam sujeitos à pena de trabalhos forçados. Essas formas de controle e penalidade foram comuns em outras áreas coloniais. Inclusive, usou-se pena de trabalho para condenar muitos africanos, em substituição à pena de prisão. O trabalho forçado nas colônias portuguesas existiu até 1961. Há informações de que nas colônias britânicas o trabalho forçado terminou

em 1920. Alguns autores defendem que a Grã-Bretanha utilizou pouco trabalho forçado, enquanto França, Bélgica e Portugal usaram mais vastamente.

A cobrança de imposto foi o mecanismo de controle mais eficaz. O imposto ajudou não somente a autofinanciar o colonialismo, mas também a inserir os africanos nas atividades comerciais e a fazer circular a moeda metropolitana na colônia. Inicialmente, o imposto deveria ser pago com uma parte em gênero (o que os colonizados produziam) e a outra em moeda metropolitana. Depois, passou-se a exigir o pagamento do imposto (totalmente) com moeda metropolitana. Os colonizados eram obrigados a trabalhar para os europeus para fazer o pagamento. Muitas vezes, o valor recebido pelos dias de trabalho servia para pagar somente o imposto. A obrigatoriedade do pagamento em espécie impunha aos colonizados vender sua força de trabalho no mundo colonial para adquirir a moeda metropolitana. Havia vários tipos de impostos, sendo os mais conhecidos o imposto da palhota (por casa) e o da capitação (por pessoa). Diante dos frequentes abusos na cobrança de impostos, pessoas chegaram a fugir de suas áreas coloniais, com o intuito de buscar formas menos opressivas. Algumas pessoas burlavam o recenseamento e a prática de pagamento de impostos como forma de resistência aos abusos coloniais.

Ao longo do mundo colonial, algumas mudanças sociais ocorreram. A educação ocidental foi inserida nas cidades coloniais e nas áreas onde havia a presença de missões religiosas. Nessas localidades, a educação ocidental tornou-se a principal forma de mobilidade e de estratificação social para os colonizados. Muitos africanos percebiam a formação oferecida pelas escolas das missões religiosas como um caminho para escapar dos trabalhos hostis do campo. Em geral, os colonizados recebiam apenas a formação básica, o ensino primário. A educação ocidental aos africanos permitiu o surgimento, entre eles, de pequenos grupos letrados, que passaram a dominar a língua dos colonizadores, os códigos jurídicos e burocráticos, bem como os símbolos culturais ocidentais. Essas pessoas chegaram a ocupar cargos baixos nos Estados coloniais, e, algumas delas, passaram a fazer críticas severas às práticas do colonialismo.

Em todo o mundo colonial, uma das principais consequências foi a distinção racial. Os europeus tinham os postos de poder e empregos garantidos, enquanto a maioria da população nativa – negra – era obrigada a sujeitar-se aos trabalhos mais pesados. As escolas ocidentais ofereciam aos alunos negros um ensino diferenciado do

que era oferecido aos brancos, atingindo aqueles apenas os níveis básicos. Os lugares de habitação e as áreas de lazer chegavam a ser separados, de modo que, em alguns clubes, espaços desportivos e teatros, a maioria da população negra estava proibida de participar. A lógica colonialista voltava para os argumentos racialistas, que inferiorizava os negros e enaltecia os brancos. A partir dessa perspectiva, o mundo colonial foi organizado e estruturado. Os mecanismos de domínio e de exploração pautaram-se sobre a presença do racismo de forma institucionalizada e cotidiana. A hierarquia social durante o colonialismo europeu em África se deu a partir desses pressupostos!

Tudo isso contribuiu para diferentes formas de resistência e de sabotagem dos africanos no mundo colonial. Fugas, greves, revoltas ocorreram em diferentes áreas coloniais. Muitas associações foram formadas: de grupos de trabalhadores urbanos e rurais a associações recreativas ou mesmo de caráter étnico. Algumas tinham o objetivo de contestar as mazelas do colonialismo, outras buscavam formas de sobreviver em meio a ele.

O historiador congolês M'Bokolo (2011) enfatizou que a época de ouro do colonialismo ocorreu entre as duas grandes guerras europeias. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os impérios coloniais começaram a definhar, até que tiveram fim. Algumas situações contribuíram para isso. A primeira dela estava ligada ao contexto vivido pelos países europeus no pós-guerra. A Europa estava destruída, física e economicamente, e a alternativa encontrada foi explorar, cada vez mais, suas colônias. O que aumentou não somente a exploração do território, mas também a força da opressão colonial. A segunda situação refere-se à concepção de que aquele foi o momento em que alguns poucos jovens letrados conseguiram ir estudar nas metrópoles, onde tiveram contato com outras ideias ligadas à autonomia dos povos, à liberdade e igualdade, às perspectivas comunista e liberal, entre outras. A terceira situação estava relacionada à independência das antigas coloniais europeias na Ásia, cuja notícia aparecia como um incentivo para os africanos.

Sem dúvida, poderíamos mencionar muitas outras situações que permitiram o fim do mundo colonial na África. No entanto, estas foram as mais expressivas para entendermos o processo de independência no continente. Diante desse cenário, muitas contestações e revoltas surgiram no campo e nas áreas urbanas. A forte exploração e a opressão levaram diferentes grupos a se mobilizar contra as ações coloniais. Inicialmente, essas rei-

vindicações estavam voltadas para contextos mais específicos. Posteriormente, as formas de resistência passaram a atingir dimensões e concepções nacionais – circunscritas a dada área colonial. Podemos citar o exemplo da chamada Revolta dos Mau, que foi organizada pelos kikuyus, grupo étnico do Quênia. O movimento dos Mau Mau teve seu início em 1952 e objetivava fazer frente às mazelas coloniais. Com o passar o tempo, uma revolta armada foi organizada em forma de guerrilha e em prol da independência do Quênia, de modo que a mobilização ocorreu até 1963, ano da autonomia política do país.

Aos poucos, as mobilizações localizadas e pontuais passaram a estar em diálogo com os estudantes africanos na Europa. Estes se mobilizaram pela ideia de que não bastava mais reivindicar reformas, uma vez que o colonialismo sempre iria beneficiar o colonizador por meio da humilhação e da exploração do colonizado. Muitos desses estudantes africanos tiveram contado com o movimento pan-africanista, que, até aquele momento, era majoritariamente composto por grupos afro-americanos. Cabe ressaltar que o pan-africanismo surgiu no século XIX como movimento de luta pelos direitos civis dos negros na América. Alguns defendiam o retorno dos negros para a África, sua terra natal, em busca de suas origens raciais. Outros teóricos pan-africanistas alegavam que os negros americanos deveriam lutar por melhores condições na própria América.⁷ Os pan-africanistas organizaram vários congressos durante a primeira metade do século XX. O objetivo dos congressos era combater o racismo e lutar pela libertação do povo negro. Da luta racial, as discussões pan-africanistas passaram a se voltar para o colonialismo na África. A crescente aproximação dos grupos negros americanos com os estudantes africanos na Europa direcionou as discussões pan-africanistas ao combate contra o colonialismo. No V Congresso Pan-Africanista, organizado em 1945, as lideranças nacionalistas africanas e os grupos negros estadunidenses denunciaram a segregação racial e decretaram a necessidade de tornar independentes as colônias europeias na África. Exaltava-se, naquele momento, o fim da exploração colonial.

As ideias pan-africanistas, comunistas e nacionalistas chegaram à África pelos estudantes africanos. As revoltas camponesas ganharam corpo e sentido com o passar do tempo. Os conflitos urbanos não cessaram de acontecer. A junção desses diferentes grupos sociais fortaleceu a luta anticolonial e possibilitou tornar efetivo o fim do regime colonial na África.

7 Os primeiros teóricos e mais expressivos pan-africanistas foram Alexander Crummel, Edward Blyden, Marcus Garvey e W. E. B. du Bois.

DICAS DE FILMES:

Mrs. JOHNSON. Direção de Bruce Beresford. Avenue Pictures, 1990

A BATALHA de Argel. Direção de Gillo Pontecorvo. 1966. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PB-xK_ViPck>. Acesso em: 17 dez. 2014.

SUGESTÕES DE LEITURA:

MABEKO-TALI, Jean-Michel. Considerações sobre o despotismo colonial, e a gestão centralizada da violência no Império colonial francês. *Vária história*. Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p.745-770. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n51/v29n51a06.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

FANNON, Franz. Sobre a violência. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. Pag. 49-113.

ATIVIDADES:

1. Apresente as diferentes formas de escravidão que existiram no continente africano.

2. Disserte sobre as consequências do colonialismo e sobre os princípios motivadores das lutas de independência.

ATIVIDADE PARA DISCUTIR EM GRUPO:

3. A partir das discussões historiográficas, qual é a sua opinião em relação às consequências do tráfico Atlântico de escravizados no continente africano?

REFERÊNCIAS

- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BELLUCCI, Beluce. (Org.). *Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiático: Centro Cultural Banco do Brasil, 2003.
- BETTS, Raymond F. A dominação européia: métodos e instituições. In: BOAHEN, A. Adu (*CHistória geral da África: A África sob dominação colonial, 1880-1935*. v. VII. São Paulo: Ática; UNESCO, 1991. p. 323-341.
- BOAHEN, A. Adu. (Coord.). *História geral da África: África sob dominação colonial 1800-1935*. São Paulo: Ática; UNESCO, 1991. v. VII.
- CAPELA, José. *Trafico de escravos nos portos de Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- COOPER, Frederick. Imperialismo e ideologia da mão-de-obra livre na África. In: *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- EL HAMEL, Chouki. Raça, escravidão e Islã no Marrocos: a questão dos *haratin*. *Afro-Ásia*, 31, 2004, p. 9-37. Disponível em <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/31_13_raca.pdf>. Acesso: 17 dez. 2014.
- FIGUEIREDO, Fabio B. & COELHO, Marcos Dias. *Módulo: História da África*. Programa Cor da Bahia/ Curso de Formação para Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras, 2012.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. *Raízes. Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Pallas Athenas: Casa das Áfricas, 2003. Tradução: VASCONCELLOS, Xina Smith de.
- HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Tradução: VIERA, Beth
- ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999. Tradução: DUARTE, Maria Filomena
- ISSACMAN, Allen. *A tradição de resistência em Moçambique: O Vale do Zambeze, 1850-1921*. Porto: Afrontamento, 1979.
- LOVEJOY, Paul. A África e a escravidão/Organização do tráfico de escravos, 1600-1800. In: *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 27-56.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel. Considerações sobre o despotismo colonial, e a gestão centralizada da violência no império colonial francês. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p.745-770.
- M'BOKOLO, Elikia. *África negra: História e civilizações*. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

- MEILLASSOUX, Claude. Parentes e estranhos. In: *Antropologia da Escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 19-32. Tradução: Lucy Magalhães
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- MILLER, Joseph C. O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos. *Afro-Ásia*, 19/20, 1997, p. 9-36. Acesso: 17 dez. 2017. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n19_20_p9.pdf>.
- REIS, João José. Notas sobre a escravidão na África pré-colonial. *Estudos afro-asiático*, n. 14, 1987, p. 5-21.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- _____. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. *Estudos Avançados*, n. 8, 21, 1994. Salvador. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200003>. Acesso: 17 dez. 2014.
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- UZOIGWE, Godfrey N. Partilha européia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, A. Adu. (Coord.). *História geral da África: a África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: Unesco, 2010, p. 21-50. v. VII.
- VILLEN, Patrícia. *Contexto dos movimentos africanos de libertação nacional*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.